

1290000777



TCC/UNICAMP C333d



MONOGRAFIA

RELATÓRIO FINAL

TÍTULO: A DINÂMICA DOS BANCOS ESTRANGEIROS NO MERCADO BRASILEIRO:
UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

ALUNO: AURÉLIO MARQUES CEPEDA FILHO

ORIENTADOR: JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA ✓

BANCA: MARIA ALEJANDRA CAPORALE MADI

TCC/UNICAMP
C333d
IE/777

CEDOC/IE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 : O ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO DURANTE A DÉCADA DE 70.....	2
1.1) A ARTICULAÇÃO COM O MERCADO FINANCEIRO INTERNACIONAL.....	2
1.2) O EUROMERCADO DE DIVISAS.....	5
1.3) O MOVIMENTO GERAL DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO NA DÉCADA DE 70.....	8
1.4) O ENDIVIDAMENTO VIA LEI 4.131: O DESTINO DO CRÉDITO.....	15
CAPÍTULO 2 : O ENDIVIDAMENTO VIA RESOLUÇÃO 63 E OS BANCOS COMERCI- AIS ESTRANGEIROS NO BRASIL.....	18
2.1) OS BANCOS COMERCIAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL.....	18
2.2) O ENDIVIDAMENTO VIA RESOLUÇÃO 63	24
CAPÍTULO 3 : O MOVIMENTO DOS DEZ MAIORES BANCOS COMERCIAIS ES- TRANGEIROS POR REPASSES NO PERÍODO 1972 - 1981.....	33
3.1) CITIBANK.....	36
3.2) CHASE MANHATTAN.....	37
3.3) BFB.....	39
3.4) SUDAMERIS.....	40
3.5) LLOYDS BANK.....	41
3.6) SUMITOMO.....	43
3.7) BANCO DE TÓQUIO.....	44
3.8) MITSUBISHI.....	45
3.9) BEAL.....	47
3.10) INTERNACIONAL.....	48
3.11) CONCLUSÃO.....	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica dos bancos comerciais estrangeiros no mercado brasileiro, particularmente no que diz respeito aos seus empréstimos, no período de 1972 a 1981.

No decorrer dos anos 70 a economia brasileira passou por um processo de internacionalização tanto a nível produtivo quanto a nível financeiro; no âmbito financeiro, tal internacionalização efetivou-se pela articulação dos padrões de financiamento da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais financeiros, articulação esta que também operacionalizou-se através da estrutura institucional do sistema financeiro brasileiro. Nesse sentido, o advento da Resolução 63 do Banco Central do Brasil, que permitiu a captação pelas instituições financeiras de recursos externos para reempréstimo interno, foi o veículo da dolarização progressiva dos passivos bancários no período.

A possibilidade de realizar operações passivas com o exterior foi especialmente benéfica para os bancos comerciais estrangeiros em operação no Brasil. Mesmo impedidos de alavancar sua expansão no país mobilizando recursos captados internamente, os bancos comerciais estrangeiros aumentam sua participação relativa nos empréstimos concedidos ao mercado brasileiro em detrimento dos bancos comerciais nacionais. O objetivo central deste trabalho é analisar tal fato e seus determinantes, e a hipótese adotada é a de que as operações de repasse via Resolução 63 foram um dos propulsores principais de tal desempenho dos bancos comerciais estrangeiros.

O trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo será mostrada a dinâmica do endividamento externo brasileiro no período e sua articulação com os fluxos internacionais de capitais financeiros, bem como a operacionalização de tal endividamento ao nível interno. Para isso serão analisados o padrão de financiamento da economia brasileira e a dinâmica do euromercado de divisas no período. No segundo capítulo serão analisados os movimentos gerais dos bancos estrangeiros no Brasil e também das operações de repasse via Resolução 63 e a eventual vinculação de ambos os movimentos. Finalmente, no terceiro capítulo, será feito um estudo de caso que consiste na análise objetiva das operações de repasse e dos empréstimos dos dez maiores bancos comerciais estrangeiros por repasses no período; então, a partir da análise da evolução das operações de repasse, dos empréstimos ao mercado interno e da captação no mercado interno de cada um dos dez bancos e de seu conjunto (agregado), será ou não deduzida uma eventual vinculação entre as operações passivas externas e as operações ativas internas dos bancos comerciais estrangeiros selecionados.

CAPÍTULO 1: O ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO DURANTE A DÉCADA DE SETENTA

1.1) A Articulação com o Mercado Financeiro Internacional

O processo de vinculação da economia brasileira ao mercado financeiro internacional foi duplamente determinado: ao nível externo pelo surgimento do euromercado de moedas, no bojo do qual surgiram os capitais que fluíram para o Brasil; ao nível interno, pelo estabelecimento de um particular padrão de financiamento da economia, a partir das reformas de meados da década de 60, e também por uma política econômica que estimulou o endividamento externo.

As reformas financeiras de 1964-65 estabeleceram uma estrutura de financiamento para a economia brasileira que, uma vez confrontada com os adicionais de liquidez no mercado financeiro internacional e submetida a políticas econômicas indutoras do endividamento externo, derivou uma forte vinculação do sistema financeiro doméstico com o sistema financeiro internacional. Tal vinculação efetivou-se pela dolarização em larga escala dos financiamentos de médio e longo prazos, só disponíveis internamente no segmento público do sistema financeiro e em quantidade insuficiente.

As reformas financeiras de 1964-65 reestruturaram o sistema financeiro brasileiro através da criação de diferentes instituições especializadas em mercados de crédito específicos; assim, caberia aos bancos comerciais o atendimento as necessidades de capital de giro das empresas, aos bancos de investimento o financiamento dos investimentos com créditos de médio e longo prazos, as financeiras o financiamento do consumo, as companhias de arrendamento mercantil as operações de leasing, ao SFH o financiamento imobiliário, etc. Além da especialização do sistema financeiro segundo o destino do crédito, foram tomadas medidas que deveriam viabilizar o surgimento de linhas de crédito de médio e longo prazos, dificultadas pela inflação e pela Lei da Usura (proibição de taxas de juros nominais acima de 12%); a revogação de tal lei e o estabelecimento da correção monetária, além da criação dos bancos de investimento, deveriam, então, possibilitar o financiamento de médio e longo prazos. Mas, *“ a indexação formal não foi a solução esperada para o desenvolvimento de contratos de longo prazo, como era o objetivo original ”*¹. Com efeito, não surgiram internamente linhas de crédito de longo prazo, exceto no âmbito das instituições financeiras oficiais. Tal fato explica-se de um lado pelos riscos de endividar-se sujeito a uma cláusula de correção monetária, e de outro pelas condições mais atrativas do crédito externo. Segundo o argumento oficial das autoridades econômicas de então *“ (...) o crédito de longo prazo não teria se desenvolvido pelo risco que*

¹Almeida, J. S. G. De : As Reformas Financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios; texto para discussão 59, nov/84, UFRJ/IEL, pág. 65.

os emprestadores correriam numa economia inflacionária se aceitassem contratos longos e sem um mecanismo protetor. As reformas julgaram suficiente neutralizar esse risco, o que seria obtido com a correção monetária. Não se aperceberam que com isto apenas o transferiam, no caso para os tomadores de empréstimos de forma que o problema persistiu “². De fato, “ (...) sempre persiste o risco de variações acumuladas ao índice de correção não acompanhada de variação correspondente nos preços ou renda do devedor, o qual no entanto não tem como fugir à valorização da dívida, se está preso a um contrato de longo prazo “³. Adicionalmente, ainda existia o risco para o credor de que os índices de correção monetária determinados pelo governo não acompanhassem a inflação. Assim, os contratos de crédito de longo prazo internos somente ocorreram quando não havia outra alternativa para o tomador (habitação, por exemplo) e foram fortemente concentrados nas instituições oficiais de crédito, que além de assumirem os riscos do credor assumiam também parte do risco do devedor, ao propiciar créditos subsidiados via descontos na correção monetária. Assim, “ (...) as reformas somente obtiveram êxito em seu propósito geral de regularizar os contratos a prazo na economia por intermédio da indexação, porque o setor público amparou com seu próprio crédito os segmentos excluídos do sistema financeiro privado e porque como único fornecedor doméstico de fundos de longo prazo adotou as condições especiais de indexação, reduzindo o risco para o devedor. Mesmo assim, os financiamentos para investimento, sobretudo os de longo prazo de maturação, como em infraestrutura, resultaram escassos internamente (restritos ao BNDE). A lacuna foi coberta pelo financiamento externo “⁴. Com efeito, “ (...) o fornecimento de recursos a longo prazo coube primordialmente ao estado, via BNDE e bancos estaduais de desenvolvimento, e ao capital financeiro internacional via Resolução 63 e Lei 4.131 “⁵.

A operacionalização do endividamento externo foi estabelecida pela Lei 4.131, que permitiu o endividamento externo direto de empresas em operação no Brasil, e pela Resolução 63 do Banco Central, que permitiu as instituições financeiras domésticas a captação externa de recursos em moeda estrangeira para posterior repasse interno. A simultaneidade entre a incapacidade estrutural do sistema financeiro interno em atender as necessidades de crédito de longo prazo e o surgimento de um adicional de recursos externos disponíveis em condições atraentes determinou o ' vazamento ' para o exterior de parcela significativa da demanda interna de crédito de longo prazo. Então, " a nível internacional contava-se com excesso de liquidez que se traduzia em crédito fácil, a prazos dilatados, e baixas taxas reais de juros. A nível interno, montara-se uma estrutura rígida que remunerava os ativos financeiros com taxas de juros positivas através do mecanismo da correção monetária. Para os tomadores de empréstimos, a opção pelo endividamento externo parecia então preferível à tomada de recursos no mer-

²Idem, pág. 73, nota 67.

³Idem, pág. 52.

⁴Belluzzo, L. G. De M. e Almeida, J. S. G. De: A Crise da Dívida e suas Repercussões Sobre a Economia Brasileira, in: A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional, Belluzzo, L. G. M. & Batista Jr., P. N. (org.).

⁵Marques, N. F. Da S.: A concentração Bancária Brasileira no Período pós-64, UFPE, 1982, mestrado.

cado doméstico " ⁶. Assim, à insuficiência interna de créditos de longo prazo juntaram-se as melhores condições externas de financiamento.

Tal movimento foi firmemente impulsionado pelas políticas econômicas de então, posto que o financiamento externo era considerado positivo por suprir a insuficiência interna de poupança e também, mais a frente, pela necessidade de divisas para equilibrar o balanço de pagamentos. A política econômica praticada no período engendrou uma diferença entre a correção monetária acrescida da taxa de juros interna e a correção cambial acrescida das taxas de juros externas, de tal forma que a primeira superasse a segunda, tornando menores os custos de empréstimos externos. A regra cambial " (...) regularizou e serviu de incentivo à contratação de dívidas em moeda estrangeira. Durante grande parte dos anos 70, as desvalorizações cambiais, determinadas periodicamente pelo Banco Central, acompanharam a inflação interna descontada a inflação externa. Como esta última chegou a atingir a casa dos dois dígitos na década, resultou da regra de ' minidesvalorizações ' um expressivo benefício para quem tomava empréstimos no exterior. O custo destes ficava então determinado pela taxa internacional de juros (LIBOR ou Prime mais spreads) que se situava em níveis relativamente baixos, acrescida da desvalorização do cruzeiro, esta substancialmente abaixo da inflação interna . Com isto tornava-se menor o custo dos empréstimos em moeda estrangeira vis-a-vis dos empréstimos com correção monetária obtidos internamente " ⁷. Especialmente no período 1974-79, " as políticas de câmbio, crédito, juros e preços públicos trataram de criar as condições para que os agentes domésticos - públicos e privados - fossem induzidos a preferir as fontes externas de financiamento. Descontadas as oscilações, o sentido mais geral da política econômica do período foi caracterizado pela elevação da taxa real de juros interna, restrições à expansão do crédito doméstico, crescimento da dívida mobiliária e defasagens na desvalorização cambial " ⁸

Então, a incapacidade do sistema financeiro doméstico em suprir a demanda interna de crédito de médio e longo prazos, num momento de liquidez internacional elevada e submetido a uma política econômica incentivadora do endividamento externo, determinou que o padrão de financiamento da economia brasileira fosse marcado pela vinculação ao mercado internacional de capitais. Assim, " Essa intensa utilização do crédito externo pelos setores público e privado (...) revelava que o insuficiente desenvolvimento do sistema financeiro doméstico no que diz respeito ao volume, prazos e condições do crédito de médio e longo prazos, foi simultaneamente condição e resultado intencional da vinculação do financiamento interno ao sistema financeiro internacionalizado, em fase de rápida expansão. Isso significou a internacionalização de parcela significativa do volume de crédito utilizado pelas empresas privadas e mais tarde pelo próprio setor público " ⁹

⁶ Kilsztajn, S.: Autoridades Monetárias, Dívida Externa e Haveres Financeiros, Brasil - Anos 70, UNICAMP, doutorado.

⁷ Belhuzzo, L. G. de M., e Almeida, J. S. G. de, Op. Cit., pág. 30-31.

⁸ Idem, pág. 32-33.

⁹ Idem, pág. 30.

1.2) O Euromercado de Divisas

O entendimento do processo de endividamento externo brasileiro coloca a necessidade de observar a dinâmica do euromercado de divisas, uma vez que tal endividamento ali se operacionalizou. O euromercado de divisas é um mercado financeiro internacional dedicado a aplicações e empréstimos em moedas fora de seus países de origem; as operações são realizadas com moedas que não a do país em cuja praça financeira o agente bancário está sediado.

A origem do euromercado remonta ao final dos anos 50 e é determinada por uma série de fatores que se conjugaram para induzir o surgimento de um mercado financeiro internacional. Em primeiro lugar, a afluência para a Europa de depósitos em dólar dos países socialistas, notadamente URSS e China, retirados dos bancos americanos para evitar o risco de congelamento dos recursos em função da guerra fria. Em segundo lugar, a crise da libra esterlina em 1957; a crise cambial, gerada pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos inglês, provocou restrições monetárias (aumento da taxa de redesconto e restrições ao crédito) que colocaram dificuldades para o financiamento do comércio internacional em libras. Os bancos ingleses, então, passaram a se utilizar de outras moedas, sobretudo o dólar. Em terceiro lugar, o Acordo Monetário Europeu (1958), que restituiu a conversibilidade das principais moedas européias; o E.M.A. criou condições institucionais (livre conversibilidade e o crescente desenvolvimento da circulação financeira internacional) para o desenvolvimento do euromercado. Em quarto lugar, a acumulação de déficits no balanço de pagamentos dos EUA nos anos 50 e início dos anos 60, que inundaram o mercado internacional de dólares; tal fato teve importância decrescente no período, mas foi vital para o impulso inicial ao euromercado. Adicionalmente, aparecem as medidas restritivas aplicadas pelos EUA sobre a saída de dólares para o exterior no decorrer dos anos 60: o imposto de equalização das taxas de juros (IET), cobrado sobre títulos estrangeiros adquiridos por residentes; regulamentação dos juros (Regulation Q), que estabeleceu um teto para os juros pagos pelas captações dos bancos; restrição de crédito aos não residentes nos EUA e controles compulsórios sobre as exportações de capital. Tais medidas estimularam as multinacionais americanas a depositar no exterior seus lucros em vez de repatriá-los e a financiar sua expansão estrangeira com empréstimos contraídos pelas filiais no exterior; por outro lado, os bancos americanos iniciaram sua internacionalização para acompanhar seus clientes (as grandes empresas americanas em processo de internacionalização) e simultaneamente escapar das restrições à sua expansão existentes no mercado americano. Dessa forma, *“a tentativa americana de estancar a exportação de capital nos anos 60 acarretou, em seu lugar, a exportação do sistema bancário americano”*¹⁰. Em suma, *“O mercado de eurodólares foi portanto criado pela confluência entre uma necessidade financeira por parte dos bancos comerciais britânicos e uma fonte de depósitos em dólares baseada fora dos EUA”*¹¹

¹⁰ Griffith - Jones, S. e Sunkel, O.: O Fim de uma Ilusão: As Crises da Dívida e do Desenvolvimento na América Latina, 1990, Editora Brasiliense, pág. 90.

¹¹ Channon, D. F.: “Global Banking Strategy”, John Wiley & Sons, 1990.

Os anos 60 foram de crescimento acelerado para o euromercado, graças à conversibilidade das principais moedas e à liberdade cambial; além disso, as restrições nos EUA continuaram a impulsionar o euromercado; de fato, os anos de maior crescimento do euromercado coincidiram com as fases de maior restrições ao crédito nos EUA. Neste período, os principais agentes depositantes de recursos no euromercado eram os bancos centrais Europeus e Japonês, bancos comerciais e empresas multinacionais. Do ponto de vista da aplicação dos fundos, os bancos comerciais americanos lideravam a concessão de créditos, em função das restrições creditícias nos EUA e da necessidade de financiar os investimentos estrangeiros das multinacionais americanas; durante os anos 60 os bancos comerciais americanos mantiveram sua posição majoritária na concessão de créditos no euromercado. Os EUA eram os maiores tomadores líquidos de recursos, e a Europa Ocidental a maior depositante líquida. A América Latina, notadamente o México, amplia sua participação na tomada de créditos no euromercado no período passando a tomadora líquida em 1967. Durante a década de 60 os bancos do euromercado operaram com equilíbrio entre os prazos das operações ativas e passivas, que se concentravam no curto prazo; portanto, com baixos riscos de descasamento entre os prazos dos ativos e dos passivos, situação que se altera na década de 70.

Durante os anos 70, o euromercado cresce aceleradamente e se institucionaliza como mercado financeiro mundial, além de enfrentar suas primeiras crises. Dois fatores contribuíram decisivamente para a primeira crise do euromercado, em 1974: a crise no sistema monetário internacional, com o fim das paridades cambiais fixas, e o primeiro choque do petróleo. Por um lado, o fim das paridades cambiais fixas engendrou perdas de capital para os agentes financeiros do euromercado a curto prazo, e por outro, a médio e longo prazos, elevou substancialmente o risco de operar no mercado financeiro internacional, posto que tomadores e emprestadores deixaram de ter segurança acerca das taxas de câmbio que vigorariam no momento de saldar os empréstimos.

Com o choque do petróleo em 1973 o euromercado atuou como câmara de compensação para os desequilíbrios financeiros internacionais que então surgiram. A quadruplicação dos preços do petróleo direcionou para os países que o exportavam em grande quantidade uma massa significativa de recursos, que no entanto retornou em sua maior parte ao mercado financeiro internacional em busca de valorização e foi reciclada para os países que se defrontaram com déficits em seus balanços de pagamentos. O principal veículo para a reciclagem dos chamados petrodólares foi o euromercado.

Entretanto, tal reciclagem gerou um desequilíbrio entre ativos e passivos no euromercado. De um lado, os países ofertantes líquidos de fundos (exportadores de petróleo) concentravam suas aplicações a curto prazo, e de outro os países demandantes de fundos buscavam recursos a médio e longo prazo. A crescente entrada de petrodólares no euromercado colocou aos eurobancos a necessidade de repassar tais fundos e facilitou a entrada de instituições de menor porte captando recursos via mercado interbancário. Além disso, o aumento da concorrência nas operações ativas (com um maior número de bancos e mais recursos disponíveis) e a necessidade de repassar o adicional de fundos captados diminuíram as exigências qualitati-

vas quanto aos tomadores dos créditos disponíveis e levaram os eurobancos a aumentar o prazo de seus créditos, emprestando a médio e longo prazos recursos captados a curto prazo e assim desajustando os prazos de suas operações ativas e passivas.

Então, aumentaram os riscos sistêmicos do euromercado: tomadores qualitativamente inferiores, descasamento de prazos entre ativos e passivos, entrada de bancos menores e portanto mais frágeis, taxas de câmbio variáveis. Nesse contexto faliu, em 1974, o banco alemão Hertsatt, em função de operações especulativas no mercado de câmbio. A quebra desse banco gerou uma reação em cadeia, transmitida via interbancário, que inflingiu pesadas perdas a diversos outros eurobancos. O resultado foi a imediata perda da confiança no euromercado, e contração do mercado interbancário e da liquidez em geral, excluindo os participantes marginais do euromercado.

Diversos fatos permitiram a superação de tal crise: a atuação dos principais bancos centrais colocando limites para operações cambiais e expandindo facilidades creditícias, o aumento da cautela dos eurobancos com operações cambiais, a transferência de cerca de US\$5,0 bilhões dos bancos americanos para suas filiais no exterior, e a própria existência de um amplo mercado interbancário internacional respaldado pelos bancos comerciais de primeira linha. Assim, a partir do segundo semestre de 1975 o euromercado retoma seu crescimento acelerado.

No entanto, os desequilíbrios entre as estruturas ativas e passivas continuaram no decorrer da década de 70, pois alteraram-se os principais tomadores de recursos no euromercado. Com o desaquecimento das principais economias e a conseqüente diminuição das oportunidades de investimento as empresas multinacionais diminuíram sua demanda por créditos, dando lugar a tomadores não tradicionais originários dos países em desenvolvimento. Assim, (...) enquanto o foco anterior dos bancos internacionais tinha sido suprir as necessidades de fundos das maiores multinacionais, o financiamento dos déficits nos balanços de pagamentos pelos bancos comerciais transformou suas próprias estruturas de ativos. As corporações privadas crescentemente deram lugar a demandas de governos ou empresas estatais por fundos para cobrir déficits orçamentários ou desenvolver infraestrutura ou recursos naturais (...) o resultante aumento no 'sovereign risk' criou a 'bomba da dívida' " ¹². Assim, o desequilíbrio crescente entre ativos e passivos dos eurobancos aumentou ainda mais os riscos de iliquidez no caso de uma nova crise como a de 1974.

Com o aumento brutal das taxas de juros e o segundo choque do petróleo no fim da década de 70 o euromercado inicialmente recicla os déficits dos países em desenvolvimento, mas agora tais países já detêm um estoque significativo de dívida acumulada, e tem de financiar seus déficits adicionais com o segundo choque do petróleo e o aumento das taxas de juros a partir de posições devedoras já substanciais. O resultado foi um default generalizado e uma nova crise de liquidez no euromercado, em função, agora, da crise de solvência dos países em desenvolvimento em 1982. Após tal crise, o euromercado somente voltaria a se expandir novamente após 1984.

¹² Channon, D. F., Op. Cit. pág. 10.

1.3) O Movimento Geral do Endividamento Externo na Década de 70

O processo de endividamento externo brasileiro foi duplamente determinado: em primeira instância, pelo surgimento no mercado internacional de capitais de uma oferta excedente de recursos disponíveis para empréstimos, que acoplou a maior parte dos países em desenvolvimento ao circuito financeiro internacional; em segunda instância, pela política econômica governamental, que via o acesso a recursos externos como uma forma de complementar a poupança interna e assim alavancar o crescimento econômico e pelo padrão de financiamento que se estabeleceu com as reformas de 1964-65 (conforme visto no item 1.1).

Um determinante essencial do processo de endividamento externo brasileiro encontra-se no comportamento do euromercado de moedas, posto que se não houvesse então excessiva liquidez no mercado internacional o Brasil simplesmente não teria absorvido a quantidade de recursos que absorveu, pois simplesmente não haveria oferta adicional disponível; fatores específicos que ocorreram no decorrer dos anos 70 explicam o "transbordamento" do euromercado, que atraiu o Brasil e outros países em desenvolvimento para o mercado internacional de capitais (conforme visto no item 1.2).

O fator fundamental foi a queda na demanda por crédito por parte dos tomadores tradicionais do mercado financeiro internacional em função do desaquecimento das principais economias em relação ao período anterior ou de sua opção pelo mercado de bônus. Além desse, outros fatores são relevantes para explicar a expansão do euromercado a ponto de possibilitar o acesso dos países em desenvolvimento: o surgimento de um adicional de oferta, os petrodólares; o aumento da concorrência, com maior número de bancos competindo no euromercado; o desenvolvimento de novas técnicas operacionais para empréstimos, que diminuíram os riscos dos eurobancos (empréstimos consorciados, repactuação periódica das taxas de juros, crescimento do mercado interbancário, facilitando o ajustamento de posições ativas e passivas).

O Brasil articulou-se exitosamente à nova dinâmica dos capitais internacionais, e endividou-se externamente a um nível sem precedentes durante a década de 70. Nas décadas de 50 e 60 a principal fonte de divisas para o Brasil foram os investimentos estrangeiros diretos e o endividamento externo brasileiro foi efetivado via agências governamentais e oficiais, com prazos longos e juros fixos, além dos créditos de fornecedores. Nesse período, a impossibilidade de acesso do Brasil ao mercado internacional de crédito impediu que déficits no balanço de pagamentos se convertessem num crescente endividamento externo. Durante a década de 70 tal situação se modifica, o processo de endividamento externo é iniciado e mudam as fontes de financiamento. Então, no decorrer da década de 70, o endividamento com bancos privados multinacionais passa a ser predominante na estrutura de endividamento externo do Brasil. De fato, a participação das fontes privadas no total da dívida pública externa brasileira salta de

26,9% em 1967 para 81,5% em 1983, ao passo que as fontes oficiais caem de 73,1% para 18,5% no mesmo período (ver tabela 1).

TABELA 1
Estrutura da Dívida Pública Externa Brasileira por Grupos de
Credores (1967 - 1983)

ANO	TOTAL DE EMP. DE DE FONTES OFICIAIS (%)	TOTAL DE EMP. DE DE FONTES PRIVADAS (%)
1967	73,1	26,9
1968	66,4	33,6
1969	58,6	41,4
1970	57,9	42,0
1971	52,0	47,9
1972	41,3	58,6
1973	35,8	64,1
1974	31,7	68,4
1975	29,5	70,6
1976	25,8	74,1
1977	23,2	76,4
1978	19,5	80,5
1979	17,6	82,4
1980	17,4	82,6
1981	17,1	82,8
1982	17,1	82,8
1983	18,5	81,5

Fonte: Batista Jr., P. N.: "Fluxos Financeiros Internacionais para o Brasil Desde o Final da Década de 60 ", in: Batista Jr., P. N., (org.): " Novos Ensaio Sobre o Setor Externo da Economia Brasileira ", Ed. Da FGV, 1988, Estudos Especiais IBRE 6.

A primeira fase do endividamento externo brasileiro corresponde ao período do chamado " milagre econômico ", de 1968 a 1973. Durante a década de 60 a dívida externa brasileira oscila entre 3 e 4 bilhões de dólares; entretanto, entre 1968 e 1973, a dívida externa aumenta de US\$3,8 bilhões para US\$12,6 bilhões. Segundo a versão oficial, os determinantes de tal salto no endividamento externo deveriam ser buscados na estrutura da economia brasileira. Assim, uma economia que estivesse no estágio de desenvolvimento em que estava a economia brasi-

leira não poderia prescindir das poupanças externas para acelerar seu ritmo de crescimento, sob pena de confrontar-se com um estrangulamento externo, expresso em déficits no balanço de pagamentos, e com um estrangulamento interno, expresso na insuficiência de poupança. Portanto, o salto no endividamento externo brasileiro ocorrido no período deveria ser entendido como consequência e mesmo pressuposto para um ciclo de crescimento a taxas extremamente elevadas.

Entretanto, tal argumento não resiste a uma análise mais apurada dos dados do setor externo da economia brasileira no período. A balança comercial mostrou-se essencialmente equilibrada. O crescimento acelerado de fato expandiu as importações, que passaram de US\$1,85 bilhão em 1968 para US\$6,2 bilhões em 1973; entretanto, as exportações também dão um salto, passando de US\$1,88 bilhão em 1968 para US\$6,2 bilhões em 1973. Tal salto nas exportações se explica pela forte demanda externa e pela melhora nos termos de troca no período, bem como pelos incentivos fiscais e creditícios implantados no período. Tais dados mostram que a balança comercial não exerceu qualquer pressão sobre o balanço de pagamentos no período. Quanto aos serviços, observa-se um déficit, de 1968 a 1973, de cerca de US\$2,0 bilhões nos serviços produtivos (transportes, seguros e importação de tecnologia) que, no entanto, foi parcialmente financiado pela entrada de US\$1,0 bilhão em capitais de risco. As necessidades reais de divisas, portanto, não justificaram a tomada líquida de empréstimos e financiamentos de US\$6,8 bilhões no período. Conclui-se, então, que a aceleração do endividamento externo ocorrida no período não se relaciona a estrangulamentos no balanço de pagamentos. De fato, a principal contrapartida do endividamento externo brasileiro no período foi o aumento nas reservas internacionais, que saltam de US\$0,3 bilhão em 1968 para US\$6,4 bilhões em 1973. Assim, *“ de 1968 a 1973, o crescimento das reservas correspondeu a nada menos que 2/3 do aumento na dívida externa de médio e longo prazos ”*¹³. Na realidade, o determinante da expansão da dívida externa brasileira no período deve ser buscado na dinâmica financeira internacional, que disponibilizou adicionais de oferta que levaram, em última instância, a tal endividamento, e na particular conformação que assumiu o padrão de financiamento da economia brasileira de então. Logo, *“ o afluxo significativo de recursos externos à economia brasileira foi determinado, em última instância, pelas transformações ocorridas no mercado de euromoedas e que se traduziram, sobretudo, numa extraordinária disponibilidade de créditos a prazos cada vez mais longos e spreads cada vez menores no decorrer do período. Nesse sentido, a economia brasileira, ao elevar seus níveis de endividamento externo, nada mais fez do que acompanhar um movimento geral que envolveu diferentes economias ” em desenvolvimento “ num momento em que o euromercado buscava novos clientes fora dos EUA e da Europa ”*¹⁴. O que ocorreu, então, foi a conjunção de uma grande expansão na liquidez internacional a um ciclo de crescimento acelerado da economia brasileira; dadas as

¹³ Batista Jr., P. N.: Fluxos Financeiros Internacionais para o Brasil Desde o Final da Década de 60, in Batista Jr., P. N. (org.): *Novos Ensaio sobre o Setor Externo da Economia Brasileira*, Editora da FGV, 1988, Estudos Especiais IBRE número 6, pág. 221

¹⁴ Cruz, P. D.: *Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira nos Anos 70*, Editora Brasiliense, 1984, pág. 17-18.

características institucionais do sistema financeiro brasileiro, a crescente demanda de crédito em moeda doméstica no período " vazou " para o exterior, independentemente da situação do balanço de pagamentos.

O período seguinte, de 1974 a 1978, é marcado pelo primeiro choque do petróleo e pela conseqüente fragilização do balanço de pagamentos brasileiro, bem como pela tentativa de superar tal fragilização por meio de alterações qualitativas na estrutura industrial brasileira através do II PND, engendrando um novo e definitivo ciclo de substituição de importações, e de incentivos ainda maiores para a tomada de créditos externos.

O choque externo afetou duplamente a balança comercial brasileira: pelo lado das importações, há um salto de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$12,6 bilhões em 1974 (em função da quadruplicação dos preços do petróleo) mantendo-se aproximadamente esse patamar até 1978; pelo lado das exportações, observa-se perda de dinamismo (em função do desaquecimento da economia mundial e da deterioração dos termos de troca), com queda na taxa de crescimento anual para 15,3% entre 1974-78 contra 24,6% em 1968-73. O resultado é um déficit comercial anual médio de US\$2,3 bilhões entre 1974 e 1978. Adicionalmente, eleva-se o déficit em serviços produtivos com o salto do custo de transportes de US\$0,6 bilhão em 1973 para US\$1,1 bilhão em 1974 e a manutenção aproximada desse patamar até 1978.

No triênio 1974-76 ocorre o impacto externo e começa a ser implementada a estratégia brasileira para superá-lo, e no biênio 1977-78 começa a explicitar-se a dimensão puramente financeira do endividamento externo. Na realidade, a estratégia brasileira para superar o constrangimento externo dá novo impulso ao endividamento. A avaliação de que a crise externa era passageira derivou a possibilidade de enfrenta-la não pelo ajuste ortodoxo-recessivo comum, mas sim com um ambicioso programa de investimentos substitutivos de importações com financiamento externo que levaria ao ajuste gradual do balanço de pagamentos. Nesse sentido, *" o aprofundamento do endividamento externo era visto como desejável, de vez que financeira não mais um crescimento desequilibrado, como o do período anterior, mas sim a erradicação estrutural da dependência da economia brasileira em relação aos países centrais "*

15

No triênio 1974-76 a necessidade de recursos externos é vinculada predominantemente a dimensão produtiva da economia, situação que se inverte em 1977-78, quando explicita-se o caráter financeiro do endividamento. Com efeito, o déficit no balanço de mercadorias e serviços produtivos em 1974-76, descontadas as entradas de capitais de risco, demanda aproximadamente US\$11,8 bilhões para o seu financiamento; por outro lado, os juros vencidos no triênio somam US\$4,0 bilhões, que , apesar da elevação frente aos US\$1,6 bilhão em 1969-73 (em função da deterioração das condições de crédito no mercado internacional e do crescimento do estoque da dívida) ainda apresentam montante inferior ao desequilíbrio originário da dimensão produtiva. Já no biênio 1977-78, a balança comercial mostra-se virtualmente equilibrada, com déficit de apenas US\$0,9 bilhão, em função do reaquecimento dos mercados externos e de melhores preços para alguns produtos primários de exportação, bem como da de-

¹⁵ Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 19-20.

aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira e das restrições impostas às importações. Acrescentando ao déficit comercial o déficit em serviços produtivos e subtraindo as entradas de capitais de risco, o lado produtivo da economia exerce pressão de US\$2,7 bilhões para a tomada de recursos externos. Entretanto, a tomada líquida de empréstimos atinge a cifra de US\$13,5 bilhões, refletindo o caráter predominantemente financeiro do endividamento externo neste período.

A aceleração do endividamento neste período reflete a melhoria da liquidez a nível internacional e os incentivos da política econômica à tomada de créditos externos (liberação das taxas internas de juros, mecanismos de proteção contra o risco cambial, medidas para induzir as empresas estatais a utilizar créditos externos).

Entre 1974-78, o déficit anual do balanço de pagamentos manteve-se em torno de US\$9,0 bilhões, e a dívida externa líquida saltou de US\$6,2 bilhões em 1973 para US\$ 31,6 bilhões em 1978, com crescimento de 38,7% ao ano.

De fato, em 1977-78, "o endividamento externo tornou-se, em grande medida, um processo que se auto-alimentava uma vez que o pagamento líquido de juros era responsável por quase 50% do déficit em conta corrente"¹⁶; então, a vulnerabilidade externa da economia brasileira passa, crescentemente, a assumir uma dimensão especificamente financeira, e não mais produtiva.

O último período, de 1979 a 1982, corresponde a autonomização do crescimento da dívida no âmbito financeiro em função de seu estoque elevadíssimo e de um segundo e muito mais forte choque externo. Os choques externos ocorreram no início do período, mas a política econômica de ajuste ortodoxo-recessivo somente se inicia a partir do segundo semestre de 1980, com efeitos recessivos sobre o nível do produto brasileiro a partir de 1981, quando o PIB cai 1,6% contra um crescimento de 7,2% em 1980.

A economia internacional foi negativamente impactada, neste período, por dois choques: o segundo choque do petróleo e a elevação brutal das taxas de juros internacionais. O novo aumento nos preços do petróleo atingiu o balanço de pagamentos brasileiro de duas formas: na balança comercial, ao elevar o custo das importações, que passam de US\$13,7 bilhões em 1978 para US\$23,0 bilhões em 1980. A balança comercial apresenta, em 1979-80, um déficit de US\$5,7 bilhões. Na balança de serviços os custos de transporte dobram, passando de US\$1,0 bilhão em 1978 para US\$2,0 bilhões em 1980. O resultado é um déficit em serviços produtivos (transportes, seguros e importação de tecnologia) da ordem de US\$4,4 bilhões em 1979-80. Descontada a entrada de capitais de risco resta um déficit nas contas de mercadorias e serviços produtivos de US\$7,3 bilhões. É no âmbito financeiro, entretanto, que se manifesta mais fortemente o desequilíbrio em função da disparada dos juros internacionais. A LIBOR passa de uma média de 9,9% em 1977-78 para 14,4% em 1979 e 16,4% em 1980; já a PRIME RATE salta de uma média de 9,8% em 1977-78 para 15,3% em 1979 e 21,5% em 1980 (ver tabela 2). A escalada dos juros internacionais teve um impacto nefasto sobre o custo da dívida externa brasileira: o pagamento de juros salta de US\$2,7 bilhões em 1978 para US\$6,3 bilhões em

¹⁶ Batista Jr., P. N., Op. Cit, pág. 229.

1980, acumulando US\$ 10,5 bilhões em 1979-80. Em consequência do choque de juros as tomadas líquidas de empréstimos - US\$9,2 bilhões - não foram suficientes nem para o pagamento dos juros vencidos no período e nem tampouco para cobrir o desequilíbrio no âmbito produtivo, levando à queda no nível de reservas internacionais. A dificuldade para financiar o déficit no balanço de pagamentos com mais empréstimos é função não somente da deterioração das condições de crédito vigentes no mercado internacional, mas também da pressão dos credores externos contra a política econômica heterodoxa adotada pelo governo brasileiro a partir de 1979, que na avaliação deles agravaria os desequilíbrios externos.

TABELA 2

Taxas de Juros Internacionais e Spreads Pagos Pelo Brasil (%)

ANO (a)	LIBOR(b)	PRIME (EUA)	RATE	SPREAD (BRASIL)
1968	7,1	6,8		N.D.
1969	10,1	8,5		4,0
1970	6,8	6,8		3,0
1971	5,8	5,3		2,0
1972	5,9	7,8		1,3
1973	10,1	9,8		0,7
1974	10,2	10,3		1,1
1975	6,6	7,3		1,8
1976	5,4	6,0		2,0
1978	7,5	7,8		2,0
1979	12,3	11,8		1,7
1981	14,4	15,3		0,9
1982	16,4	21,5		1,8
1983	14,8	15,8		2,1

(a) - Posição de dezembro.

(b) - Taxa de juros anual no euromercado, ajustada a cada 6 meses.

Fonte: Baer, M.: "A Internacionalização Financeira no Brasil", 1986, Ed. Vozes.

A partir de 1981, com o início efetivo do ajuste ortodoxo-recessivo, fica claramente evidenciado o caráter eminentemente financeiro do endividamento externo brasileiro. Pelo lado produtivo, observa-se um superávit de US\$1,2 bilhão na balança comercial (devido à queda das importações em função da recessão e também ao aumento das exportações de US\$20,1 bilhões em 1980 para US\$23,3 bilhões em 1981), que somado a entrada líquida de capitais de risco de US\$1,2 bilhão praticamente assegura o financiamento do déficit em serviços produtivos de US\$2,6 bilhões. Dessa forma, uma vez que o lado produtivo do balanço de pagamentos estava

virtualmente equilibrado, o acréscimo no endividamento no período esteve totalmente vinculado à dimensão financeira do desequilíbrio externo. Com efeito, os juros vencidos no período ultrapassam US\$9,0 bilhões, e as tomadas líquidas de empréstimos (a custos - juros e spreads - extremamente elevados) foram pouco mais do que suficientes para cobrir a conta financeira. Então, o endividamento externo estava articulado unicamente com a rolagem da dívida anteriormente contraída, sem margem para aumentar reservas ou financiar um eventual desequilíbrio no âmbito produtivo. Tal situação deixou a economia brasileira totalmente exposta às vicissitudes do mercado internacional de capitais numa conjuntura de franca deterioração nas condições de crédito e contração na liquidez. Em 1982, o default mexicano e o fechamento dos canais de crédito internacional para os países em desenvolvimento pegam a economia brasileira sem qualquer margem de manobra, levando o país à bancarrota e às negociações com o FMI em busca do reescalonamento da dívida com os bancos comerciais estrangeiros.

Vemos, portanto, que a partir de 1980-81 o endividamento externo brasileiro se autonomiza no âmbito financeiro, auto-alimentando-se em escala crescente até derivar a impossibilidade objetiva de pagamento em função da contração definitiva da liquidez internacional para países como o Brasil. De fato, *“ a expansão do endividamento externo brasileiro foi acompanhada de uma deterioração significativa em suas condições, determinada tanto pelo crescente predomínio das fontes privadas de financiamento como por suas condições mais desfavoráveis em termos de custos (taxas de juro e risco, comissões, etc) e prazos. Isto implicou que parte do próprio crescimento da dívida externa fosse determinada pelas condições em que se realizou este processo ”*¹⁷. A política de ajustamento adotada, que consistiu em optar por enfrentar a fragilização crescente do balanço de pagamentos a partir de 1974 com um ambicioso programa de investimentos substitutivos de importações financiado com recursos externos levou à mudança na configuração do estrangulamento externo brasileiro, que passa a ser determinado crescentemente na esfera financeira em detrimento da esfera produtiva.

Vista a dinâmica do endividamento externo brasileiro no período e sua articulação com o movimento internacional dos capitais financeiros, deve-se agora deslocar o foco da análise para a configuração objetiva e os desdobramentos de tal endividamento ao nível interno. Neste período, predominaram duas modalidades principais de endividamento externo no Brasil: empréstimos diretos (Lei 4.131) e repasses de recursos externos captados por instituições financeiras ao mercado interno (Resolução 63). A lei 4.131 consiste tão somente no endividamento externo direto de empresas operando no Brasil com o sistema bancário internacional, ou seja, uma empresa que opera no Brasil contrai um empréstimo de um banco no estrangeiro. A Resolução 63, que será vista no próximo capítulo, regulamenta o repasse interno de recursos captados externamente pelo sistema bancário, isto é, bancos em operação no Brasil endividam-se junto a bancos no exterior e repassam tais créditos internamente a prestatários brasileiros.

¹⁷ Baer, M.: A Internacionalização Financeira no Brasil, Editora Vozes, 1986, pág. 84.

1.4) O Endividamento via Lei 4.131: Destino do Crédito

O comportamento das captações via Lei 4.131 de 1972 a 1981 (ver tabela 3) mostra crescente peso do setor público ante ao setor privado, com os diferentes subsetores no âmbito público apresentando importâncias relativas diferentes de acordo com as prioridades de investimento do governo, notadamente quando da desaceleração dos gastos públicos a partir de 1976.

Em 1972, o setor privado respondia por 75,1% das captações via Lei 4.131 contra 24,9% do setor público; já em 1980 a posição se inverte, com o setor público respondendo por 76,6% das captações e o setor privado por apenas 23,4%. A participação do setor privado aumenta um pouco em 1981 para 30,4% (em função das restrições ao crédito interno), mas a tendência clara no período é de aumento progressivo do peso do setor público.

Os setores de energia e siderurgia foram os maiores responsáveis pelo aumento do peso do setor público na captação de recursos externos via Lei 4.131, apresentando participação crescente no total das operações de captação externa feitas no período; já o setor de transportes apesar de ter tido elevada participação média reduz fortemente sua participação no decorrer do período. O setor de energia aumenta sua participação nas captações públicas de 3,6% em 1972 para 26,5% em 1981. Entre 1972-76, o setor energético respondeu por 4,0%, em média, das captações públicas; sua participação passa a crescer a partir de 1977, com as tomadas da ELETROBRAS e CESP, e em 1978 somam-se as tomadas da Itaipú Binacional e NUCLEBRAS, e em 1979 acrescenta-se a LIGHT. O setor siderúrgico sai de uma participação de 0,2% em 1972 para 4,2% em 1981, mas atinge o pico de 12,6% em 1977; de fato, somente a partir de 1977, com o início do terceiro estágio do programa siderúrgico nacional é que o setor ganha importância, com média de participação de 8,4% entre 1977-81. Ambos os setores mantêm seus níveis de investimento a despeito da política de contenção dos gastos públicos adotada crescentemente a partir de 1976, o que evidencia a crescente participação de recursos externos na estrutura de financiamento de seus investimentos.

Os setores de intermediação financeira e administração pública também tem importância no período. O setor de intermediação financeira sai de 3,1% das captações em 1972 para atingir o pico de 11,1% em 1980, com média de 4,4% em 1972-76 e 8,4% em 1977-81, apresentando crescimento a partir de 1976. Já a administração pública, embora com grandes oscilações no período, apresenta participação média de 10,0% com pico em 1979 (20,2%) devido a um " jumbo loan " tomado diretamente pelo Tesouro Nacional.

Já os setores de transportes e comunicações apresentam em comum trajetória inversa a dos setores anteriores na participação nas tomadas do setor público. O setor de transportes detém a maior participação até 1975, com pico de 14,1%, mantendo-se em 12,4% entre 1976-78 e caindo para média de 4,4% em 1979-80; tal comportamento reflete a política de contenção de gastos do governo. O setor de telecomunicações apresenta importância apenas no triênio 1974-76, com média de 7,0% de participação nas captações do setor público, em função do impulso dado pelo II PND.

As captações efetuadas pelo setor privado tem participação relativa decrescente no período, caindo de 75,1% do total em 1972 para 30,4% em 1981, após atingir mínimo de 23,4% em 1980. No período de 1972-76 as captações privadas mantém média de US\$1,9 bilhão ao ano; em 1977-78 sobem para a média de US\$2,9 bilhões ao ano e em 1980 caem ao mínimo de US\$1,1 bilhão subindo de novo em 1981 para US\$ 2,3 bilhões. A queda da participação privada no total captado via Lei 4.131 ocorre primeiramente devido à diminuição das tomadas de empresas privadas de capital nacional, de uma média de 21,4% em 1972-74 para apenas 5,2% em 1975-81. Já as empresas privadas de capital estrangeiro mantém suas captações na média de 43,0% em 1972-78, quando começam a cair e atingem média de 20,4% em 1979-81. As empresas de capital estrangeiro são as maiores tomadoras de recursos externos via Lei 4.131 no período, com destaque para as companhias multinacionais. De fato, as companhias privadas de capital nacional só tiveram alguma relevância no auge do milagre, pois seu acesso ao mercado internacional foi significativamente dificultado após 1974, quando sobrevém a conjuntura de liquidez restrita internacionalmente.

No âmbito setorial privado, as captações da indústria de transformação são as mais importantes, apesar de decrescentes no período; em 1972 a indústria de transformação efetuava 47,5% das captações privadas, caindo para 21,8% em 1981, após um mínimo de 12,7% em 1980. Tal queda explica a diminuição da participação relativa do setor privado no conjunto das captações via Lei 4.131; também contribuem para isso os setores de construção civil e comércio/serviços: as captações do setor de construção civil caem de 7,7% em 1972 para 0,3% em 1981 e as captações do setor de comércio/serviços caem de 7,0% em 1972 para 2,3% em 1981. A queda da participação desses setores, acentuada a partir de 1975, explica parcela significativa da queda da participação das empresas de capital privado nacional no total captado via Lei 4.131, visto que a maioria das empresas que captavam externamente nesses setores era de capital nacional. O setor de mineração é o único que aumenta suas captações no período, notadamente em 1975-78 com média de 6,0% de participação contra 1,8% em 1972-74; já em 1979-81 cai para 3,0%, mas ainda mantém-se acima da média do início do período. Tal comportamento deriva da implementação de grandes projetos no âmbito do II PND. O setor de intermediação financeira mantém constante sua participação no período, - caindo um pouco apenas em 1974-76 - , em função principalmente das captações de empresas de leasing. Já o setor de infraestrutura eleva sua participação apenas em 1974-78, em função das captações da LIGHT.

Além das tendências acima descritas as captações do setor privado via Lei 4.131 no período também apresentam-se crescentemente concentradas num número menor de empresas; com efeito, o número de empresas responsáveis por 70% do total captado pelo setor privado cai de 178 em 1972 para 81 em 1981, após atingir mínimo de 35 em 1980.

Adicionalmente, durante o período ocorre progressiva estatização da dívida externa, com o setor público aumentando sua parcela relativa do endividamento externo. Isso ocorreu devido ao fato de que as captações privadas não seguem a lógica do estrangulamento externo, isto é, sua dinâmica é determinada pela demanda de crédito das empresas em operação no Brasil, e

esta é função do ritmo de crescimento da economia. A partir de 1974, com a desaceleração do crescimento, cai o ritmo dos investimentos privados, e portanto cai também a demanda do setor privado por crédito; entretanto, é justamente nesse período que começa o processo de fragilização do balanço de pagamentos brasileiro. Então, o setor público vê-se obrigado a ocupar o espaço deixado pelo setor privado para assegurar o fechamento das contas externas. Além disso, tal processo de estatização também é impulsionado pelo setor produtivo estatal, envolvido em grandes projetos do II PND. As estatais são impelidas a utilizar o crédito externo em função da perda da capacidade de autofinanciamento (com restrições tarifárias para conter a aceleração da inflação), da inexistência de crédito interno disponível (o BNDE financiou principalmente o setor privado nacional de bens de capital e insumos básicos) e da queda dos aportes do Tesouro, devido a política de contenção de gastos públicos.

TABELA 3

Captacões Brutas Realizadas Pelos Setores Púb. e Priv. Via Lei 4.131 Segundo Setores de Atividade (em porcentagem)

DISCRIMINAÇÃO	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81
SETOR PÚBLICO	24,9	39,7	35,3	50,4	51,1	51,5	60,2	76,8	76,6	69,6
ENERGIA	3,6	5,0	3,6	4,8	4,9	12,2	15,5	18,5	25,1	26,5
SIDERURGIA	0,2	0,7	0,9	1,9	3,4	12,6	6,9	10,6	7,9	4,2
PETROQUÍMICA	2,9	4,1	1,4	3,4	0,0	2,8	1,7	1,5	5,2	6,9
TRANSPORTES	7,9	10,8	13,6	14,1	12,4	12,4	12,4	6,5	2,4	13,1
TELECOM.	2,5	1,8	6,7	7,1	6,8	0,2	3,0	3,6	4,8	0,2
INT. FINANC.	3,1	4,8	3,2	3,7	7,4	8,8	8,1	8,2	11,1	5,7
ADM. PÚBLICA	3,5	12,3	5,8	12,2	13,5	1,0	6,6	20,2	17,1	8,6
OUTROS	1,2	0,2	0,1	3,2	2,7	1,5	6,0	7,7	3,0	4,5
SETOR PRIVADO	75,1	60,3	64,7	49,6	48,9	48,5	39,8	23,2	23,4	30,4
AGROP./SILV. (*)	2,1	0,2	2,7	1,5	1,5	2,6	1,5	0,3	1,5	0,5
MINERACÃO (*)	1,9	2,5	1,0	3,9	8,1	6,1	5,8	3,7	3,9	1,3
IND. TRANSF. (*)	47,5	40,3	41,0	29,7	29,0	28,1	17,0	11,9	12,7	21,1
IND. CONST. (*)	7,7	6,6	5,4	2,2	1,6	1,2	1,1	1,1	0,6	0,3
INFRAEST. (*)	2,9	0,0	4,1	5,5	5,1	3,6	7,2	0,0	0,0	0,0
INT. FINANC. (*)	3,2	0,8	2,3	2,1	1,5	2,5	3,5	2,9	3,0	3,5
COM./SERV. (*)	7,0	6,8	6,7	3,0	1,4	3,0	1,8	2,8	1,3	2,3
DIVERSOS	2,8	3,1	1,5	1,7	0,7	1,4	1,9	0,5	0,4	1,4

(*) - Valores Estimados a Partir da Amostra do Setor Privado.

Fonte: Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 112 e 119.

CAPÍTULO 2 :O ENDIVIDAMENTO VIA RESOLUÇÃO 63 E OS BANCOS COMERCIAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

2.1)Os Bancos Estrangeiros no Brasil

Os bancos estrangeiros já estavam presentes na economia brasileira desde o século XIX, e seguiram prosperando até a década de 20. A partir daí experimentaram declínio ininterrupto até a década de 70 quando voltaram a crescer e assumiram importância significativa no conjunto dos bancos comerciais do sistema financeiro brasileiro. Com efeito, *“ Durante o século XX houve uma tendência de declínio na participação dos bancos estrangeiros no setor bancário comercial não importando qual o indicador escolhido. Essa tendência decrescente foi interrompida no fim dos anos 70 quando os bancos estrangeiros começaram a aumentar sua participação de mercado ”*¹⁸

O primeiro banco estrangeiro a operar no Brasil foi o London and Brazilian Bank, que iniciou suas atividades no Rio de Janeiro em 1863; sua atividade principal era financiar o comércio exterior brasileiro. Logo outros bancos ingleses e também dos principais países europeus à época (Alemanha e França) o seguiram, e durante as décadas de 1880 e 1890 bancos de outros países europeus menores também se instalaram no Brasil, de forma que *“ Na virada do século, os bancos estrangeiros tinham uma parcela substancial do mercado bancário brasileiro. Eles concentravam suas operações no financiamento do comércio e no mercado cambial. ”*¹⁹

Os dados disponíveis sobre a época (limitados aos bancos em operação no Rio de Janeiro) mostram que os 7 bancos estrangeiros que operavam no Rio de Janeiro em 1912 detinham 26,1% dos depósitos a vista, 45,8% dos ativos e 37% do capital do setor bancário no Rio de Janeiro (ver tabela 4). A partir daí a participação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro inicia seu declínio. Como se vê na tabela 4, todos os indicadores são declinantes até 1945, com destaque para a queda na participação no total dos ativos, que cai de 45,8% em 1912 para apenas 5,2% em 1945.

¹⁸ Moraes, P. B.: Foreign Banks in the Brazilian Economy in the 1980s, 1989, ONU - CEPAL, pág. 1, mimeo.

¹⁹ Idem, pág. 24.

TABELA 4 (*)

Agências, Ativos e Capital dos Bancos Comerciais Estrangeiros em Relação ao Total dos Bancos Comerciais

ANO	1912 (a)	1925	1930	1935	1940	1945
AGÊNCIAS	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	5.6	1.8
ATIVOS	45.8	36.3	24.7	25.5	15.2	5.2
DEPOSITOS(b)	26.1	24.8 (c)	26.4	21.6	15.2 (d)	-
CAPITAL	37.0	13.9	13.4	14.5	12.6	3.1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1908-12, vol. II, pp. 212-213 e Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, pp. 380, 388-389, 1941-45, p. 231, 1947, p. 254.

(a) - Esses dados são exclusivamente para bancos em operação no Rio de Janeiro.

(b) - Depósitos a vista.

(c) - Esse dado é de 1926.

(d) - Esse dado é de 1938.

(*) - extraída de Moraes, P. B. de, Op. Cit., pág. 25.

Tal declínio se acelera a partir da década de 30, quando o setor bancário brasileiro apresenta forte crescimento. De fato, *“A partir dos anos 30, com a dinamização do processo de industrialização e a consolidação do mercado interno, deu-se uma forte expansão do sistema bancário brasileiro em função da circulação do capital de trabalho das empresas. De 1935 a 1965 o número de estabelecimentos bancários no país aumentou de 624 para 7.721. Esse crescimento ocorreu em grande parte devido à abertura de novas agências, mas também criaram-se 212 novos bancos nesse período. Os bancos estrangeiros contudo não acompanham esse movimento expansivo, acontecendo inclusive uma significativa baixa no número de estabelecimentos”*²⁰.

Esse movimento declinante se explica de um lado pela própria dinâmica do capital financeiro internacional, que, principalmente nas décadas de 50 e 60, direcionou-se sobretudo à Europa, e de outro pelo estabelecimento de restrições legais à atuação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro.

A primeira distinção legal entre bancos nacionais e estrangeiros surgiu na constituição de 1934, que determinava a progressiva nacionalização dos bancos estrangeiros em operação no Brasil. A constituição de 1937 estabelece que somente bancos pertencentes a cidadãos brasileiros poderiam operar no país e que os bancos estrangeiros deveriam ser vendidos; em 1941 o decreto-lei 3.182 determina que tal processo deve ocorrer até junho de 1946, quando os bancos em operação no país só poderiam ter acionistas brasileiros. No entanto, em novembro de

²⁰ Baer, M.: A Internacionalização Financeira no Brasil, Editora Vozes, 1986.

1941 o decreto-lei 3.786 estabelece que tal prazo não se aplicaria aos bancos americanos em operação no país, benefício posteriormente estendido aos bancos canadenses em 1942 e ao Bank of London and South America (atualmente Lloyds Bank) em 1943. Antes do prazo final se expirar, em 1946, outro decreto-lei autorizou os bancos com acionistas estrangeiros a continuarem operando no Brasil. A constituição de 1946 remeteu o assunto para a lei ordinária e em 1964 a Lei 4.595 impôs restrições à expansão dos bancos estrangeiros, que precisariam da autorização do Banco Central para abrir novas agências. A partir daí a entrada de bancos estrangeiros no Brasil ficou virtualmente restrita aos acordos de reciprocidade, através dos quais o Banco Central autorizaria a entrada de novos bancos estrangeiros no mercado brasileiro mediante a abertura de agências de bancos brasileiros no respectivo país de origem.²¹

O declínio da participação de mercado dos bancos estrangeiros se acentua durante a segunda guerra mundial (com a nacionalização dos bancos alemães pelo governo brasileiro) e continua durante os anos 50 e 60, quando a participação dos bancos estrangeiros no total dos depósitos a vista dos bancos comerciais cai de 8,5% em 1950 para 1,6% em 1965, ao passo que a participação no total dos empréstimos cai de 5,4% em 1950 para 1,3% em 1965 (ver tabela 5). A partir da década de 70, entretanto, com as reformas financeiras e a crescente internacionalização do sistema financeiro brasileiro, os bancos comerciais estrangeiros recuperam o espaço perdido até então.

²¹ Entretanto, o texto da Lei 4.595 em vigor em 1985 estabelecia, no seu artigo 18, que: " As Instituições Financeiras somente poderão funcionar no país mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras ", e, no artigo 10 parágrafo segundo: " Observado o disposto no parágrafo anterior, as Instituições Financeiras estrangeiras dependem de autorização do Poder Executivo, mediante decreto, para que possam funcionar no país. " Acrescenta-se, ainda, que o grande poder político dos banqueiros atua na direção de manter o mercado financeiro brasileiro protegido da competição efetiva com os bancos estrangeiros.

TABELA 5

Número de Matrizes, Agências, Capital, Depósitos, e Empréstimos dos Bancos Estrangeiros (em números absolutos e porcentagem)

ANO	1950	1960	1965	1970	1975	1980
MATRIZES	8	8	8	8	9	17
AGÊNCIAS (1)	1,6	0,8	0,7	0,5	0,4	0,3
CAPITAL (2)	n.a.	10,7	9,5	6,3	6,0	7,0
CAPITAL (3)	7,3	4,1	6,6	n.a.	n.a.	n.a.
DEPÓSITOS (4)	8,5	3,2	1,6	n.a.	n.a.	n.a.
EMPRÉSTIMOS	5,4	2,8	1,3	n.a.	n.a.	n.a.

(1) - Porcentagem de agências de bancos estrangeiros sobre o total dos bancos comerciais.

(2) - Capital estrang. registrado no setor banc. comercial dividido pelo total do capital dos bancos comerciais.

(3) - ' Paid capital ' dos bancos estrangeiros dividido pelo total do ' paid capital ' dos bancos comerciais.

(4) - Depósitos a vista.

Fonte: Extraída de Moraes, P. B.de, Op. Cit., pág. 27.

A maioria dos bancos comerciais estrangeiros em operação no Brasil é filial (majoritariamente controlada) de grandes bancos internacionais. O número de bancos comerciais estrangeiros em operação no Brasil passa de 17 em 1974 para 26 em 1981 graças aos acordos de reciprocidade mantidos pelo Brasil e à expansão de alguns grandes bancos brasileiros no exterior. Os bancos que iniciam suas operações neste período, no entanto, não adquirem importância significativa no mercado brasileiro. São os bancos que já estavam instalados no mercado brasileiro anteriormente (boa parte antes mesmo das reformas de 1964-65) que passam a deter parcela crescente do mercado brasileiro no decorrer dos anos 70, apesar das restrições à expansão de suas redes físicas.

De fato, os bancos comerciais estrangeiros aumentam sua participação no total de empréstimos e no total de depósitos dos bancos comerciais em operação no Brasil durante a década de 70, com ênfase para os primeiros. A tabela 6 mostra que os bancos comerciais estrangeiros aumentam sua participação no total do depósitos dos bancos comerciais de 11,6% em 1970 para 15,2% em 1980; no entanto, o crescimento mais significativo dá-se nos empréstimos, nos quais a participação dos bancos comerciais estrangeiros passa de 13,3% em 1970 para 28,9% em 1980. Como se vê, a participação nos depósitos aumenta 32% ao passo que a parcela dos empréstimos sobe 117%. Isso mostra que o aumento da participação nos empréstimos não pode ser explicado somente pelo aumento na captação interna via depósitos. Com efeito, " (...) os bancos estrangeiros demonstram uma menor dependência dos recursos captados inter-

namente na forma de depósitos, recursos que tradicionalmente constituem a base financeira da expansão da atividade bancária comercial " 22

TABELA 6 (*)

Participação Relativa do Capital Estrangeiro nos Bancos Comerciais privados no Brasil (a) (em %)

	1970 (b)	1975	1980
Depósitos			
Bancos nacionais	88,4	85,6	84,8
Bancos estrangeiros	11,6	14,4	15,2
Empréstimos			
Bancos nacionais	86,7	82,4	71,1
Bancos estrangeiros	13,3	17,7	28,9

Fonte: Quem é Quem na Economia Brasileira. São Paulo, Visão, ns. de agosto de 1970, 1976 e 1981.

(a) - Os dados se baseiam numa amostra que inclui os bancos mais importantes do país.

(b) - Junho de 70.

(*) - Extraída de Baer, M.: Op. Cit., pág. 28.

Na realidade a explicação para o ganho de participação relativa dos bancos comerciais estrangeiros no que diz respeito aos empréstimos durante a década de 70 deve ser buscada na estreita vinculação de tais bancos ao mercado financeiro internacional, bem como na política econômica brasileira, notadamente no final dos anos 70 e início dos anos 80. Na realidade são as operações de repasse de recursos externos que alavancam a expansão dos bancos comerciais estrangeiros no mercado brasileiro. Assim, " *tal crescimento (...) tem sua base expansiva em recursos não-originários de depósitos captados do público. Ao considerarmos que os bancos comerciais estrangeiros não contam com qualquer privilégio internamente, sobretudo em relação à abertura de novas agências, sua expansão passa a depender, fundamentalmente, dos recursos externos, dado que qualquer outro tipo de captação interna afora os depósitos a vista é extremamente onerosa. Ademais, desta forma estes bancos estão aproveitando tanto as facilidades concedidas pelo governo quanto aquelas inerentes à sua natureza de bancos estrangeiros* " 23 . Além disso, esse desempenho " (...) se relaciona com as mudanças ocorridas na política econômica no final da segunda parte da década de 70, quando, em

²² Teixeira, N. G.: El Sistema Financiero de Brasil y su internacionalización, IFAL/CET, 1983, pág. 40.

²³ Teixeira, N. G.: O Sistema Financeiro no Brasil e o Capital Estrangeiro, Estudos Econômicos, vol. 14, n. 1, jan/abr 1984, pág. 71-72.

função do endividamento externo, fomentou-se a procura de recursos financeiros no exterior e restringiu-se a expansão do crédito interno " ²⁴

As operações de repasse foram, portanto, o principal catalisador do desempenho dos bancos comerciais estrangeiros no Brasil durante a década de 70. Com efeito, as obrigações por empréstimos externos alcançam 31,1% do passivo total dos bancos comerciais estrangeiros em 1981, um aumento de 88% em relação a posição de 1978 (ver tabela 7). A captação de recursos externos foi ainda facilitada pela vinculação dos bancos comerciais estrangeiros atuantes no Brasil com os grandes bancos internacionais. Assim, a tabela 8 mostra que com exceção de apenas dois bancos (BFB e Sudameris) os demais captaram cerca de 2/3, no mínimo, de seus recursos externos junto a seus grupos controladores no exterior. A agudização do processo de crescimento alicerçado nessas bases levou ao fato de que " (...) os bancos estrangeiros em operação na economia brasileira estavam em 1983 atuando simplesmente como intermediários, intermediando transações financeiras entre as matrizes e o tomador no país. " ²⁵

TABELA 7(*)

Relação Entre as Obrigações de Empréstimos Externos e o Passivo Total (1) - Em Porcentagem

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1973 (2)	1978	1981
NACIONAIS			
Públicas			
- Banco do Brasil	s.d.	3,2	4,8
- BNDE	9,4	11,7	12,9
Privadas (3)			
- 6 maiores bancos comerciais	s.d.	5,6	11,6
- 5 maiores bancos de investimento	18,7	13,7	16,9
ESTRANGEIRAS			
- Total de bancos comerciais	s.d.	14,2	31,1
- Total de bancos de investimento	17,8	20,6	38,8

(1) - Por obrigações de emp. ext. entende-se nos bancos de investimento somente as operações da Res. 63. Nos bancos comerciais inclui-se além destas outras obrigações, que no entanto são pouco significativas. Tomou-se as posições de 31 de dezembro de cada ano.

(2) - Como em 1976 mudou-se a forma de apresentação dos balanços dos bancos, não se pôde desagregar os dados de 1973 para os bancos comerciais.

(3) - Entre os bancos privados nacionais considerou-se respectivamente os seis e cinco principais bancos comerciais e de investimento, por empréstimos outorgados.

Fonte: Dados calculados com base nos balanços publicados pelos bancos na Revista Bancária Brasileira.

(*) - Extraída de Baer, M., Op. Cit., pág. 24.

²⁴ Baer, M.: A Internacionalização Financeira no Brasil, Ed. Vozes, 1986, pág. 29.

²⁵ Moraes, P. B. de: Op. Cit., pág. 38.

TABELA 8 (*)

Recursos Captados por Bancos Comerciais Estrangeiros
em Operação no Brasil Junto a seus Grupos de Origem (%)

Banco Comercial	(%)
Alemão Transatlântico	84,4%
Bank of Boston	97,0%
Citibank	100%
Francês e Brasileiro	7,2%
Internacional	88,8%
Chase Manhattan	62,6%
Lloyds	73,2%
Mitsubishi	86,2%
Sudameris	29,8%
Sumitomo	69,2%
Tóquio	99,0%

(*) - Fonte: Dados extraídos de Teixeira, N. G.: El Sistema Financiero del Brasil y su Internacionalización, IPAL/CET, 1983, pág. 104.

2.2) O Endividamento Via Resolução 63

A institucionalização das operações de repasse interno de recursos captados externamente nos moldes da Resolução 63 articulou o sistema financeiro brasileiro ao sistema financeiro dos países capitalistas avançados. Tais operações ampliaram as possibilidades de atuação do sistema financeiro doméstico ao oferecer nova alternativa de captação além dos depósitos a vista e a prazo no mercado interno. A possibilidade de captação externa de recursos, entretanto, beneficiou mais a parcela internacionalizada do sistema financeiro brasileiro, os bancos estrangeiros, que alavancaram sua estratégia de expansão no mercado brasileiro fundamentalmente nas operações de repasse.

Tais operações apresentavam características que lhes conferiam grande atratividade para os bancos em operação no Brasil: o prazo de repasse interno dos recursos captados externamente poderia ser inferior ao prazo contratado com o credor externo (respeitando o limite mínimo de seis meses) o que dava aos bancos a possibilidade de realizar operações ativas a prazos menores que as operações passivas (diminuindo o risco de descasamento); os encargos financeiros,

fiscais e o risco cambial eram de responsabilidade do prestatário final e, adicionalmente, a partir de 1974 no intervalo entre captação e repasse os recursos em moeda estrangeira seriam depositados no Banco Central que assumiria o risco cambial e os encargos financeiros da dívida (eliminando o risco cambial para o banco repassador). Além disso, havia o estímulo adicional em função do diferencial entre as taxas internas e externas de juros. Tais características, associadas à política de desvalorizações periódicas da taxa de câmbio isentavam as instituições repassadoras de quaisquer riscos que não o do não pagamento do empréstimo pelo tomador final, ou seja, restava ao banco repassador arcar tão somente com o risco do crédito.

Dado que o grande capital estrangeiro e estatal utilizou operações de empréstimos diretos via Lei 4.131 para acessar créditos externos, o principal usuário final dos recursos externos mobilizados via Resolução 63 foi o capital nacional sem acesso direto ao mercado financeiro internacional em função de seu porte insuficiente para tal e também do porte mínimo elevado das operações via Lei 4.131. Assim, "*estes óbices foram contornados pela intermediação do sistema financeiro doméstico que, ademais de interpor o seu aval entre o prestador original e o tomador final, era capaz de capturar grandes volumes de recursos no exterior e transformá-los em pequenos lotes, adequados as necessidades do demandante nacional*"²⁶. Não obstante, a partir de 1980 revoga-se a norma que proibia parte do setor público (estados, municípios e autarquias) de endividar-se através da Resolução 63 e, portanto, o setor público passa também a utilizar-se de tal modalidade de endividamento.

A partir de fins dos anos 60, as operações de repasse começam a ganhar importância crescente na estrutura passiva dos bancos em operação no Brasil, notadamente no que diz respeito aos bancos comerciais e particularmente no caso dos bancos comerciais estrangeiros. Os bancos comerciais aumentam sua participação no total das operações de repasse de 46,9% em 1972 para 79,1% em 1981, enquanto a participação dos bancos de investimento cai de 52,1% para 16,4% no mesmo período. No segmento dos bancos comerciais destacam-se os bancos estrangeiros, que passam de 8,5% do total das operações de repasse em 1972 para 22,3% em 1981 - quase triplicando sua participação - em contraposição ao aumento bem menos pronunciado dos bancos comerciais nacionais, que passam de 27,5% das operações em 1972 para 33,9% em 1981. De fato, as tomadas médias anuais dos bancos estrangeiros em 1980-81 são 9,6 vezes maiores que as do biênio 1972-73, contra aumento de somente 3,9 vezes para os bancos comerciais privados nacionais (ver tabela 9).

²⁶ Belluzzo, L.G. de M.: O Papel dos Bancos Comerciais no Endividamento Externo da Economia Brasileira, UNICAMP, mimeo.

TABELA 9

Estrutura Relativa e Índice de Crescimento das Captações por Repasse Segundo Agentes Repassadores

DICRIMINAÇÃO	1972-73 VALOR MÉDIO (US\$ MILHÕES)	(A) ANUAL (%)	1980-81 VALOR MÉDIO (US\$ MILHÕES)	(B) ANUAL (%)	(B)/(A)
BANCOS COMERCIAIS	627,5	49,5%	3.613,1	80,6%	5,8
PÚBLICOS	154,2	12,2%	1.205,1	26,9%	7,8
PRIVADOS	473,3	37,3%	2.408,0	53,7%	5,1
NACIONAIS	371,1	29,3%	1.429,3	31,9%	3,9
ESTRANGEIROS	102,2	8,0%	978,7	21,8%	9,6
OUTROS	639,9	50,5%	870,9	19,4%	1,4
TOTAL DA RESOLUÇÃO 63	1.267,4	100%	4.484,0	100%	3,5

Fonte: extraída de Cruz, P. D., Op. Cit..

Tal ganho de importância relativa dos bancos comerciais estrangeiros ocorre paralelamente ao aumento da concentração das tomadas de recursos externos através da Resolução 63 entre os bancos privados. Assim, os quatro maiores bancos nacionais em operações de repasse aumentam sua participação no total das captações de 9,1% em 1972-73 para 14,5% em 1980-81 e os quatro maiores bancos estrangeiros aumentam sua participação de 5,5% do total em 1972-73 para 15,2% em 1980-81 (ver tabela 10). No segmento dos bancos nacionais tal concentração reflete a concentração bancária ocorrida no período e no caso dos bancos estrangeiros , a concentração é fruto das restrições à entrada de novos bancos e do estímulo ao endividamento externo por parte da política econômica de então.

TABELA 10
Grau de Concentração das Tomadas Via Resolução 63

DISCRIMINAÇÃO	1972 - 73(MÉDIA ANUAL)		1980 - 81(MÉDIA ANUAL)	
	US\$MILHÕES	%	US\$MILHÕES	%
4 MAIORES NACIONAIS	US\$115,4	9,1	US\$649,8	14,5
4 MAIORES ESTRANG.	US\$69,4	5,5	US\$682,1	15,2
TOTAL RESOLUÇÃO 63	US\$1.267,4	100,0	US\$4.484,0	100,0

Fonte: Dados extraídos de Cruz, P. D., Op. Cit., pág 151.

As operações de repasse foram um instrumento essencial manejado pelos bancos comerciais estrangeiros em sua estratégia de expansão no mercado brasileiro. Em função das restrições quanto a entrada de novos bancos e abertura de novas agências, os bancos estrangeiros não tinham condições objetivas de competir com os bancos nacionais pela captação de recursos no mercado interno. Com efeito, os depósitos dos bancos comerciais estrangeiros correspondiam a 11,4% dos depósitos dos bancos comerciais nacionais em 1970 e a 11,1% em 1981, apesar de terem ganho alguma importância relativa no período (chegando a 17% em 1978); entretanto, os empréstimos dos bancos comerciais estrangeiros passam de 13,8% dos empréstimos dos bancos comerciais nacionais em 1970 para 40,2% em 1981 (ver tabela 11). Tal aumento é, essencialmente, uma decorrência da importância crescente das operações de repasse nas estruturas passivas dos bancos comerciais estrangeiros. Então, a impossibilidade de os bancos comerciais estrangeiros crescerem via captação interna foi superada pela mobilização de recursos externos.

TABELA 11

Depósitos Totais e Empréstimos dos Bancos Comerciais Privados
Saldos em Fim de Período - Cr\$ Bilhões de 1980 (*)

ANO	DEPÓSITOS			EMPRÉSTIMOS		
	NAC.(1)	ESTRANG.(2)	(2)/(1)	NAC.(3)	ESTRANG.(4)	(4)/(3)
1970	494,7	56,3	11,4	429,6	59,3	13,8
1972	741,1	72,8	9,8	696,2	90,0	12,9
1974	818,6	114,2	14,0	839,2	150,0	17,9
1976	878,7	114,2	13,0	918,7	226,2	24,6
1978	1.012,6	172,4	17,0	1.084,8	331,1	30,5
1980	762,9	115,7	15,2	881,3	267,7	30,4
1981	712,1	78,7	11,1	736,9	296,2	40,2

Fonte: Extraída de Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 153.

(*) - Valores corrigidos pelo IGP-DI coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica da FGV.

Além dos bancos comerciais estrangeiros cresce também a participação relativa dos bancos comerciais estatais nas captações através da Resolução 63, principalmente em função das operações efetuadas pelo Banco do Brasil. A participação dos bancos comerciais estatais no total das operações de repasse passa de 10,9% em 1972 para 22,9% em 1981; Não obstante, tal participação atinge média de 44,1% no biênio 1974-75 e de 28,0% no biênio 1980-81(ver tabela 12). Tais dados refletem a lógica das captações efetuadas pelo Banco do Brasil, que foram determinadas pela conjuntura internacional; então, nos períodos de menor liquidez internacional e conseqüentemente de fragilização do balanço de pagamentos brasileiro, o Banco do Brasil aumentou suas operações e vice-versa, sendo usado pelo governo para auxiliar no fechamento das contas externas.

TABELA 12(*)

Participação de Bancos Estatais no Conjunto das Operações de Repasse (US\$Milhões)

INSTITUIÇÃO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
BANCOS COMERCIAIS PÚBLICOS (1)	159,4	149,0	669,0	413,7	343,1	390,1	832,7	388,2	1.159,0	1.251,2
B. DO BRASIL (2)	65,7	54,3	419,8	264,6	124,0	96,0	405,8	164,5	609,0	570,0
TOTAL RES. 63 (3)	1.465,2	1.069,5	1.608,0	928,3	1.572,5	1.321,4	3.053,8	1.574,5	3.500,9	5.467,1
(1) / (3) (%)	10,9	13,9	41,6	44,6	21,8	29,5	27,3	24,7	33,1	22,9
(2) / (3) (%)	4,5	5,1	26,1	28,5	7,9	7,3	13,3	10,4	17,4	10,4

(*) - Fonte: Extraída de Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 156.

Adicionalmente, observa-se também no período crescente participação dos bancos brasileiros como credores das operações de repasse via Resolução 63, tendência esta fruto não só das operações do Banco do Brasil, mas também da internacionalização das operações de alguns bancos brasileiros durante a década de 70. Então, a participação dos bancos brasileiros no conjunto das instituições credoras no exterior das operações de repasse através da Resolução 63 passa de 5,0% em 1972 para 16,5% em 1981; entretanto, o Banco do Brasil é de longe o principal credor, respondendo por 4,9 pontos percentuais dos 5,0% de participação dos bancos nacionais nas instituições credoras em 1972 e por 11,5 pontos percentuais dos 16,5% de participação em 1981. (ver tabela 13).

TABELA 13 (*)

Participação de Bancos de Origem Brasileira nas Instituições Credoras das Operações de Repasse Via Resolução 63 (US\$Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
B. DO BRASIL (1)	72,1	70,8	442,3	183,3	75,0	69,0	35,0	144,5	681,0	626,0
TOTAL DOS BANC. BRASILEIROS (2)	72,9	83,3	482,8	190,5	94,2	99,7	193,8	347,9	919,4	901,2
TOTAL RES. 63 (3)	1.465,2	1.069,5	1.608,0	928,3	1.572,5	1.321,4	3.053,8	1.574,5	3.500,9	5.467,1
(2) / (3) (%)	5,0	7,8	30,0	20,5	6,0	7,5	6,3	22,1	26,3	16,5
(1) / (3) (%)	4,9	6,6	27,5	19,7	4,8	5,2	1,1	9,2	19,5	11,5

(*) - Fonte: Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 159.

Analisando as operações de repasse sob a ótica geral do endividamento externo brasileiro, conclui-se que as mesmas apresentam-se vinculadas ao crescimento da economia brasileira, e ao conseqüente crescimento da demanda privada por crédito sob condições de insuficiência interna de fundos para financiamento (insuficiência de poupança), exceto nos anos de 1980-81, quando a economia brasileira entra em recessão e as operações de repasse são estimuladas em função das necessidades crescentes de divisas. Com efeito, entre os anos de 1972-74, auge

do ciclo de crescimento, as operações de repasse representavam em média 32,8% dos empréstimos em moeda estrangeira contraídas no período. Já entre 1975-79, com a queda do ritmo de crescimento da economia brasileira e a conseqüente queda na demanda por crédito exercida pelo setor privado, as operações de repasse caem para participação média de 22,2%. No biênio 1980-81, entretanto, as operações de repasse crescem fortemente e atingem média de 42,0% dos empréstimos externos em moeda contraídos no período; tal crescimento deve-se ao fato de que nesse período as operações de repasse não mais se vinculam diretamente à demanda interna por crédito, mas são dinamizadas principalmente pela necessidade de equilibrar as contas externas brasileiras, em franca deterioração devido a reprodução financeira do endividamento externo (ver tabela 14).

TABELA 14

Fluxos Brutos de Empréstimos em Moeda: Divisão Segundo a Modalidade de Captação (em porcentagem)

DISCR.	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
LEI 4131	63,0	72,7	65,9	80,3	70,9	78,6	74,3	84,6	57,9	58,2
RES. 63	37,0	27,3	34,1	19,7	29,1	21,4	25,7	15,4	42,1	41,8

Fonte: Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 163.

Com a queda nas operações de repasse e o início da fragilização do balanço de pagamentos brasileiro a partir de 1974-75, tomam-se medidas para estimular ainda mais a captação de recursos externos via Resolução 63: circular 230 (set/74), que criou a possibilidade de depositar no Banco Central (que arcaria com o risco cambial e o custo financeiro) a parcela de recursos externos que não fossem repassados internamente; estímulos fiscais, como a Resolução 347 (nov/75) que isentou as operações de repasse do imposto sobre operações financeiras; aumento do diferencial entre as taxas de juros internas e externas; queda dos prazos mínimos de amortização e carência; atraso nas minidesvalorizações cambiais. Ainda assim, tais medidas não foram suficientes para elevar os níveis de captação externa via Resolução 63 no período 1975-79.

No biênio 1980-81, entretanto, as operações de repasse saltam para um nível até superior ao de 1972-74. Neste período tem-se, de um lado, a agudização da necessidade de recursos externos com o segundo choque do petróleo e o aumento brutal das taxas de juros internacionais; de outro lado, a fraca resposta do setor privado às medidas de estímulo a captação de recursos externos associada ao sobreendividamento das empresas estatais, que já vinham elevando suas tomadas de recursos externos desde 1975, ocupando o espaço deixado primeiro pelas empresas privadas de capital nacional e depois pelas empresas estrangeiras. Tal situação provocou novas medidas governamentais, de maior intensidade, para estimular a captação externa: a principal delas é a imposição, em 1980, de limites quantitativos para a expansão do crédito interno, limites esses inferiores a inflação (excetuando-se as operações de repasse de recursos externos), além do aumento dos juros internos e da ampliação dos limites a que estavam sub-

metidos os bancos comerciais para captação de recursos externos. Logo, a ineficácia das medidas anteriores em aumentar as captacões privadas e a impossibilidade de endividar diretamente ainda mais as empresas estatais levam a medidas que forcem a dolarização dos passivos de parte da economia brasileira, especialmente dos bancos comerciais, pois dada a restrição ao crédito interno parte da demanda interna de crédito teria que ser atendida necessariamente com recursos externos. De fato, as captacões via Resolução 63 que já haviam subido entre 1971-79 de 10,0% para 39,0% dos depósitos a vista no caso dos bancos comerciais privados, saltam para 48,0% dos depósitos a vista em 1980 e para 90,0% em 1981 (ver tabela 15).

TABELA 15

Estrutura Passiva dos Bancos Comerciais Privados (Cr\$ bilhões)

ANO	DEP. A VISTA (1)	CAPTACÃO RES. 63 (2)	(2)/(1)
1971	21,9	2,2	0,10
1972	30,7	4,6	0,15
1973	44,5	5,5	0,12
1974	57,8	8,3	0,14
1975	83,4	11,5	0,14
1976	112,0	23,2	0,21
1977	152,4	37,1	0,24
1978	218,5	66,1	0,30
1979	376,6	147,1	0,39
1980	656,9	314,3	0,48
1981	1.075,3	965,0	0,90

Fonte: Cruz, P. D., Op. Cit., pág. 169

Contudo, a maior captação de recursos externos para repasse não se materializou internamente apenas na concessão de créditos ao setor privado. A demanda interna por crédito exercida pelo setor privado estava sendo negativamente impactada pela recessão e pelas expectativas negativas quanto ao risco cambial de créditos de origem externa. Dessa forma, montante significativo de recursos externos oriundos de repasses foi direcionada ao setor público: aos estados, municípios e autarquias, que tiveram revogada em 1980 a proibição de tomar créditos oriundos de repasses de recursos externos e, principalmente, às estatais, que também foram contempladas com medidas que estimularam ainda mais a captação de tais créditos. Ainda assim, parcela dos recursos captados via Resolução 63 (20,0% das captacões, em 1981) simplesmente não encontrou a correspondente demanda por crédito ao nível interno, e foi direcionada para o Banco Central na forma de Depósitos Registrados em Moeda Estrangeira. O Banco Central, uma vez que arcaria com os custos financeiros e cambiais desses recursos, acabou por fazer o papel de tomador final desses créditos. Dessa forma, a contradição entre a

necessidade de recursos externos e a ausência de demandantes privados para tais recursos ao nível interno derivou, também no caso das operações de repasse, a estatização crescente da dívida externa brasileira.

CAPÍTULO 3: O MOVIMENTO DOS DEZ MAIORES BANCOS COMERCIAIS ESTRANGEIROS POR REPASES NO PERÍODO 1972 - 1981

O estudo dos dez maiores bancos comerciais estrangeiros por repasses entre 1972 e 1981 (ver tabela 16) confirma os fatos já descritos. Tais bancos foram responsáveis por 94,33% do total de repasses efetuados por bancos comerciais estrangeiros no período. Entre eles 4 são europeus, 3 são americanos e 3 são japoneses, revelando equilíbrio na distribuição geográfica das matrizes. Entretanto, tal equilíbrio não se verifica no âmbito das operações de repasse, pois de um total de US\$3.714,6 bilhões captados pelo conjunto dos dez bancos no período os bancos americanos respondem por 60,26% (US\$2.238,7 bilhões), os europeus por 29,27% (US\$1.087,6) e os japoneses por apenas 10,45% (US\$388,3).

Tal desempenho dos bancos de origem americana é função das tomadas do Citibank e do Chase Manhattan Bank, os dois maiores tomadores no período, que respondem sozinhos por 57,82% do total repassado pelos dez bancos selecionados, revelando a grande concentração deste tipo de operações em poucos bancos.

TABELA 16

Dez Maiores Bancos Comerciais Estrangeiros por Operações de Repasse via Resolução 63 entre 1972 e 1981 (valores em milhões de dólares)

Bancos comerciais	Repasses
Citibank	1.665,6
Chase Manhattan	482,4
Banco Francês e Brasileiro	468,3
Sudameris	269,2
Lloyds	259,2
Sumitomo	151,2
Banco de Tóquio	137,9
Mitsubishi	99,2
Banco Europeu p/ Am. Lat. (BEAL)	90,9
Internacional	90,7

Fonte: Dados extraídos de Cruz, P. D., Op. Cit..

A análise dos dados agregados dos dez bancos mostra que seus empréstimos crescem mais rápido do que os empréstimos do conjunto dos bancos comerciais. Com efeito, como se vê na tabela 17, com exceção dos anos de 1975 e 1979 os bancos estrangeiros selecionados apresentam maior dinamismo na evolução de seus empréstimos do que o conjunto dos bancos comerciais. Tal fato se reflete num crescimento acumulado de 682,0% nos seus empréstimos entre 1972 e 1981, contra somente 258,0% para o conjunto dos bancos comerciais. Neste período os empréstimos dos bancos comerciais estrangeiros selecionados passam de 6,35% dos empréstimos do conjunto dos bancos comerciais em 1972 para 13,88% em 1981, um aumento de 118,0%.

TABELA 17

Empréstimos dos Bancos Comerciais Estrangeiros e Nacionais no Período 1972 - 1981 (valores em milhões de dólares)

ANO	TOTAL EMPREST. BCOS ESTRANG. (a)	TOTAL EMPREST. BCOS NAC. (*) (b)	TAXA CRESC. (a)	TAXA CRESC. (b)	(a)/(b)
1972	562,4	8.855,0	-	-	6,35
1973	913,2	12.704,0	62,38	43,46	7,19
1974	1.279,8	15.499,0	40,14	22,00	8,26
1975	1.525,5	19.283,0	19,19	24,41	7,91
1976	2.233,9	21.463,0	46,43	11,30	10,40
1977	2.882,2	25.172,0	29,01	17,28	11,45
1978	3.694,9	28.302,0 (**)	28,19	12,43	13,05
1979	3.174,2	26.174,0	- 14,09	- 7,51	12,13
1980	3.649,6	29.510,0	14,97	12,74	12,36
1981	4.400,0	31.690,0	20,55	7,38	13,88

(*) - Exceto Banco do Brasil

(**) - Empréstimos apenas para o setor privado

Fonte: Revista Bancária Brasileira e Boletins do Banco Central do Brasil

Finalmente, a observação dos dados agregados de empréstimos, depósitos e repasses dos dez bancos selecionados (ver tabela 18) mostra a crescente importância das operações de repasse para a dinâmica dos empréstimos destes bancos. Observa-se que seus empréstimos crescem 682,0% entre 1972 e 1981, contra crescimento de apenas 138,0% em seus depósitos. De fato, os depósitos, que em 1972 representavam 88,0% dos empréstimos caem para 27,0% em 1981. Por outro lado as operações de repasse crescem 1.124,0% entre 1972 e 1981, e passam de 18,0% para 95,0% dos depósitos no período. Então, pode-se inferir a existência de uma vinculação entre o movimento dos empréstimos dos

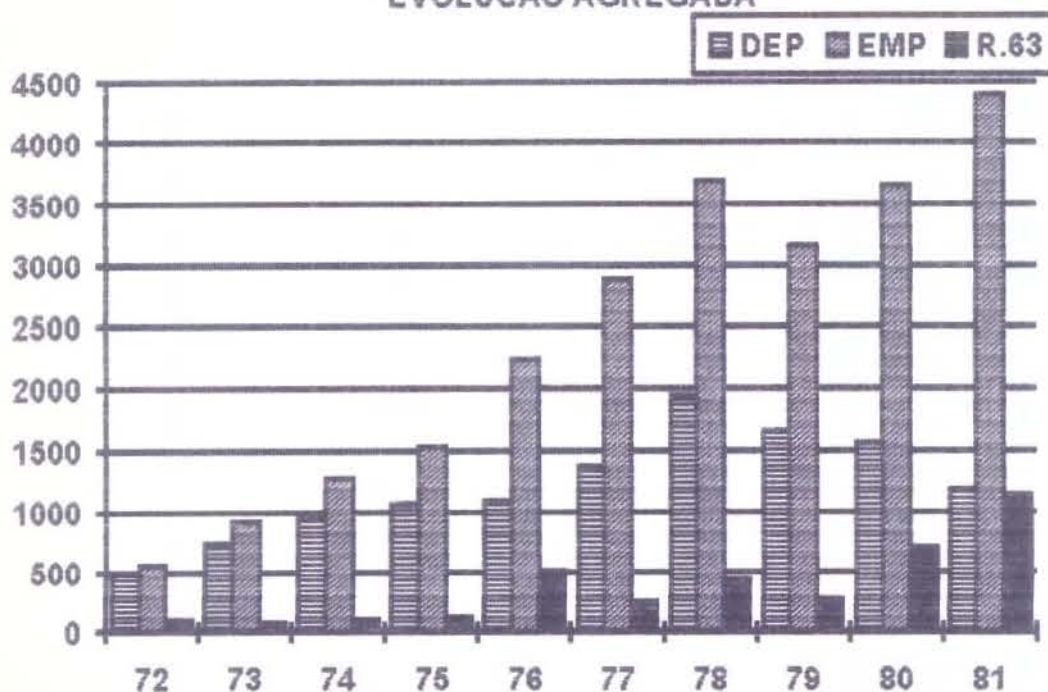
bancos selecionados e o movimento de suas operações de repasse de recursos externos através da Resolução 63.

TABELA 18

**Empréstimos, Depósitos e Operações de Repasse dos Bancos Selecionados
Total Agregado**

ANO	EMPRÉSTIMOS (US\$MILHÕES) (a)	DEPÓSITOS (US\$MILHÕES) (b)	(b)/(a)	RESOLUC. 63 (US\$MILHÕES) (c)	(c)/(b)
1972	562,4	497,4	88,45	92,5	18,59
1973	913,3	741,5	81,19	73,4	9,89
1974	1.279,8	956,1	74,70	102,7	10,74
1975	1.525,5	1.065,1	69,82	130,1	12,21
1976	2.233,9	1.088,0	48,70	514,8	47,31
1977	2.882,2	1.377,4	47,79	247,3	17,95
1978	3.694,9	1.938,8	52,47	434,3	22,40
1979	3.174,2	1.649,1	51,95	272,0	16,49
1980	3.649,6	1.563,6	42,84	704,8	45,07
1981	4.400,0	1.185,3	26,94	1.132,7	95,55

EVOLUÇÃO AGREGADA

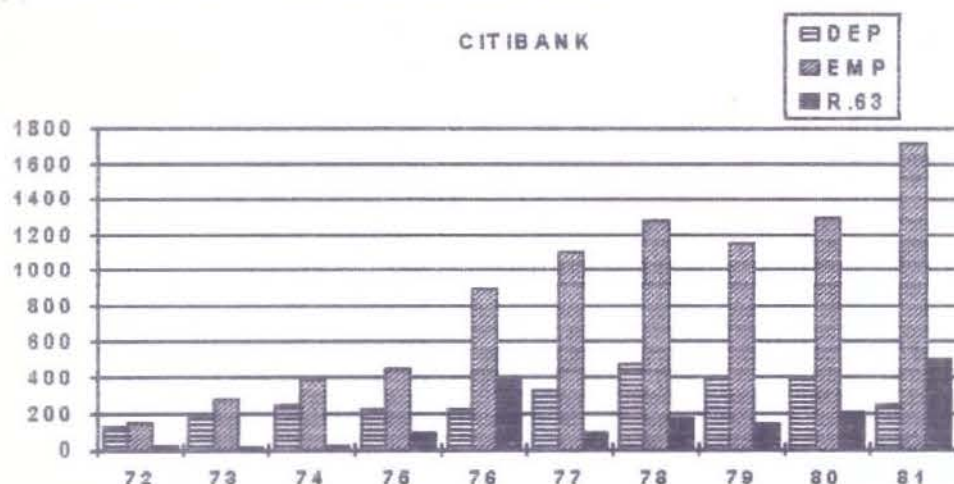


3.1) CITIBANK

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	148,7	124,7	19,1
1973	275,1	177,9	15,6
1974	385,9	246,6	16,2
1975	450,5	227,4	93,1
1976	890,1	225,1	397,9
1977	1.105,0	323,9	96,5
1978	1.280,1	473,2	169,3
1979	1.151,2	401,8	140,7
1980	1.295,9	380,6	211,2
1981	1.714,8	245,9	496,0

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



Originário dos EUA, iniciou suas operações no Brasil em 1915; é integralmente controlado pelo CITICORP. É o principal conglomerado financeiro estrangeiro em operação no Brasil, formado por: Citibank (banco comercial), Banco Crefisul de Investimento (banco de investimento, do qual o Citibank tem 50% do capital), Financeiras Citibank e Crefisul, Citicorp Leasing, Argos Companhia de Seguros (na qual o Citibank tem participação minoritária em associação com Chubb & Son Inc, dos EUA), Citibank DTVM (distribuidora) e FNC CTVM (corretora). A análise dos dados do Citibank mostra que até 74 empréstimos e depósitos elevam-se, com estabilidade nos repasses. Em 75-76 os empréstimos praticamente dobram e os depósitos caem 1,0%, possivelmente impactados pelo desaquecimento da economia; a

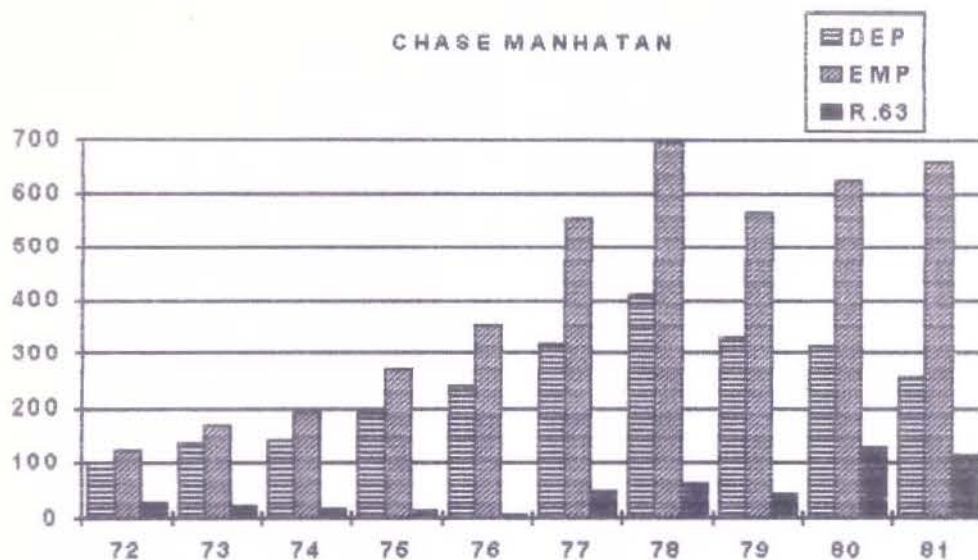
explicação para tal aumento nos empréstimos com queda nos depósitos é o aumento da captação externa de US\$93,1 milhões para US\$397,9 milhões no biênio, mais do que quadruplicando. Em 77-81 há aumento de 55% nos empréstimos, queda de 24% nos depósitos e aumento de 495% nas operações de repasse, mostrando novamente a vinculação entre captação externa e empréstimos internos. De fato, em 81 os depósitos haviam baixado ao mesmo nível de 74, os empréstimos mais do que quadruplicado e as operações de repasse tinham aumentado 31 vezes. Em suma, evidencia-se claramente, neste caso, a importância capital dos repasses externos para o desempenho dos empréstimos ao mercado interno.

3.2) CHASE MANHATTAN

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	123,3	100,4	28,7
1973	167,5	135,1	19,7
1974	194,9	140,0	16,6
1975	271,2	192,7	12,4
1976	353,6	238,8	5,6
1977	553,8	317,6	49,4
1978	694,3	410,9	61,2
1979	564,5	329,3	44,3
1980	625,2	312,7	128,5
1981	659,6	255,1	116,0

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



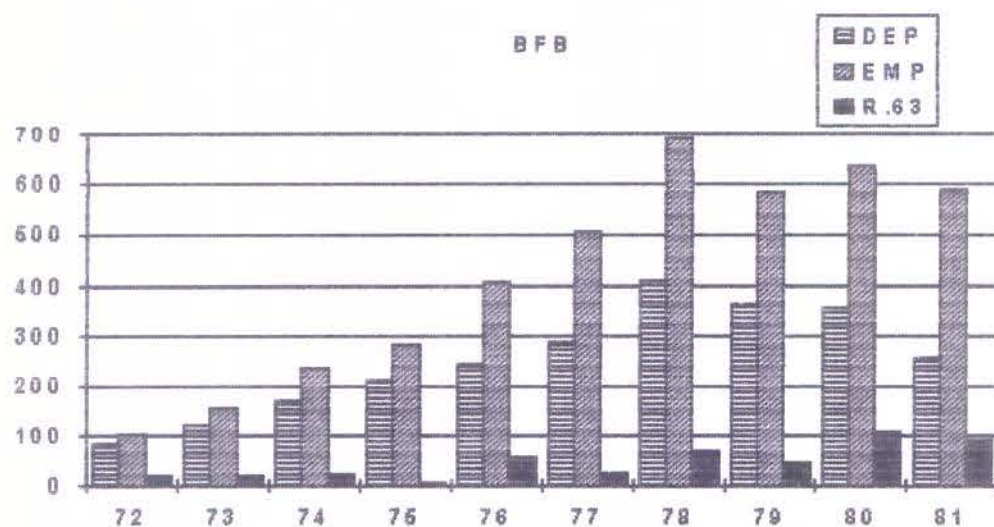
Inicialmente denominado Banco Lar Brasileiro, iniciou suas operações no Brasil em 1962, como uma associação entre o Chase Manhattan Corporation dos Eua (majoritário) e o Deutsche Sudamerikanische Bank da Alemanha. A participação estrangeira no capital era de 99% em 1981. Atua também sob a forma de conglomerado financeiro, contando com o Banco Lar Brasileiro (banco comercial), Banco de Investimento Lar Brasileiro (banco de investimento), Financeira Lar Brasileiro e Leasing Lar Brasileiro. A análise dos dados mostra que até 78 empréstimos e depósitos aumentam continuamente, enquanto as operações de repasse caem até 76, aumentando em 77-78. A vinculação entre repasses externos e empréstimos internos fica clara no triênio 79-81, quando observa-se aumento de 16% nos empréstimos, queda de 22% nos depósitos e aumento de 160% nos repasses, mostrando que o aumento nos empréstimos foi baseado nos repasses externos. Neste caso, observa-se vinculação substancial somente no final do período.

3.3)BFB

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	101,4	84,3	20,6
1973	157,2	119,9	21,1
1974	233,4	168,8	22,9
1975	281,8	209,7	5,7
1976	407,5	245,9	55,2
1977	507,4	287,7	26,8
1978	692,8	410,0	70,0
1979	584,3	362,3	46,0
1980	635,5	355,4	108,5
1981	590,7	257,0	91,5

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



Iniciou suas atividades no Brasil em 1947, sendo controlado pelo Crédit Lyonnais da França que detinha 53,9% de seu capital em 1981. Suas operações no Brasil também compõem um conglomerado significativo: BFB (banco comercial), Credibanco (banco de investimento, do qual o Crédit Lyonnais participa com 22% do capital), Francred (financeira), Franlease (companhia de leasing, da qual o Crédit Lyonnais participa com 66,6% do capital), Credibanco DTVM (distribuidora, na qual o Crédit Lyonnais tem participação minoritária), Credibanco CCVM (corretora), Franseg (corretora de seguros), Frandis S.A. DTVM (distribuidora). No caso do BFB, vemos que até 78 depósitos e

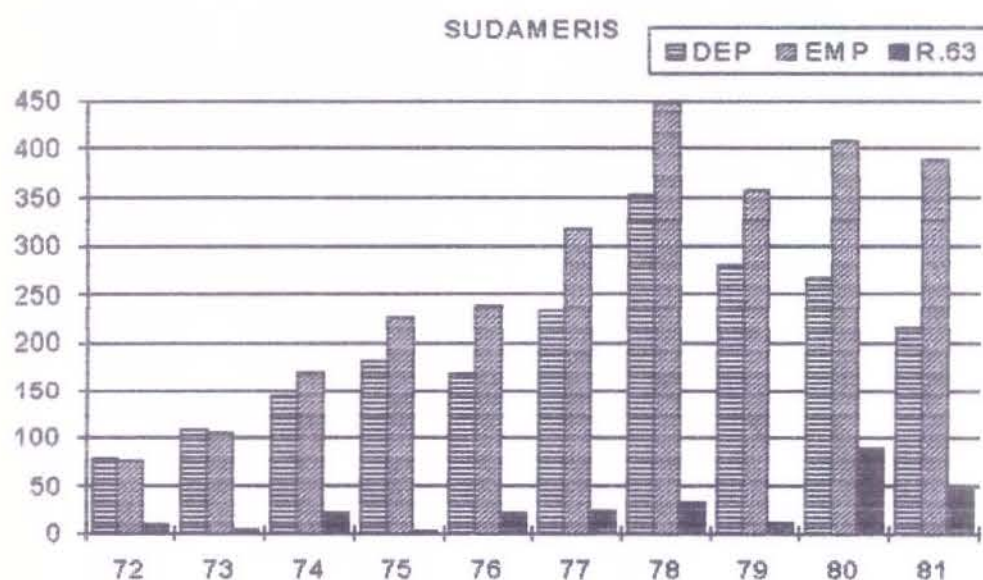
empréstimos aumentam continuamente, com as operações de repasse mostrando irregularidade. De 79 para 80 os empréstimos aumentam 8,7% e os depósitos caem 2,0%, com aumento de 135% nas operações de repasse, o único momento em que a vinculação entre repasses externos e empréstimos ao mercado interno é clara. Já em 81 os três itens apresentam queda. Assim, parece não ser possível concluir pela existência de uma vinculação estreita entre empréstimos e repasses neste caso.

3.4) SUDAMERIS

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	75,8	77,9	9,8
1973	105,4	108,5	3,9
1974	169,6	143,9	22,5
1975	225,4	181,1	2,0
1976	239,2	169,2	22,5
1977	315,6	232,5	25,0
1978	449,1	352,3	34,0
1979	357,1	279,3	12,5
1980	408,3	266,6	88,0
1981	388,2	214,3	49,0

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



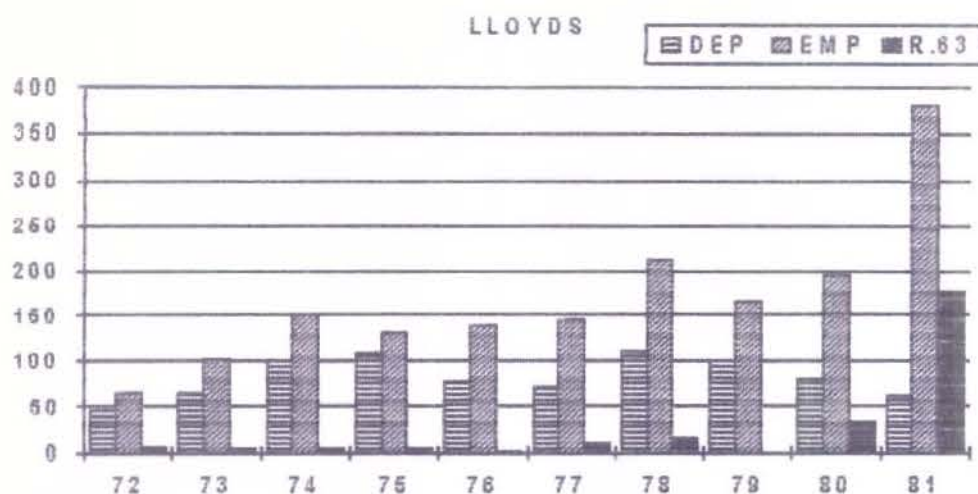
Originário da França, o Sudameris iniciou suas atividades no Brasil em 1949, sendo controlado pela Compagnie Financiere de Paris et des Pays-Bas. Atua como conglomerado, formado por: Banco Sudameris (banco comercial), Banco Financeiro e Industrial de Investimento (banco de investimento, em associação com Baring Brothers & Co da Inglaterra, Canadian Imperial Bank of Commerce do Canadá e Dresdner Bank AG da Alemanha), Financeira Sudameris, Sudameris Arrendamento Mercantil e Sudameris DTVM (distribuidora). A análise dos dados mostra que de 72 a 78 empréstimos, depósitos e operações de repasse aumentam, dificultando a identificação de uma vinculação; entretanto, em 76 os depósitos caem cerca de 7,0%, mas as operações de repasse mais do que decuplicam em relação a 75, sustentando o aumento de 6,2% nos empréstimos. De 79 a 80 os depósitos caem 5,0% e os empréstimos sobem 14,0%, sustentados pelo aumento de 600,0% nas operações de repasse. Em 81 os três itens apresentam queda. Em suma, é possível deduzir a vinculação na medida em que as quedas nos depósitos são compensadas pelos aumentos nos repasses, sustentando, assim, o ritmo dos empréstimos.

3.5) LLOYDS BANK

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	66,0	46,4	5,8
1973	101,4	65,3	4,8
1974	151,1	100,5	4,3
1975	131,1	108,2	4,2
1976	138,5	77,2	1,6
1977	144,2	71,7	10,3
1978	211,7	110,6	15,8
1979	164,9	99,4	-
1980	195,9	80,4	34,9
1981	379,4	62,9	177,5

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



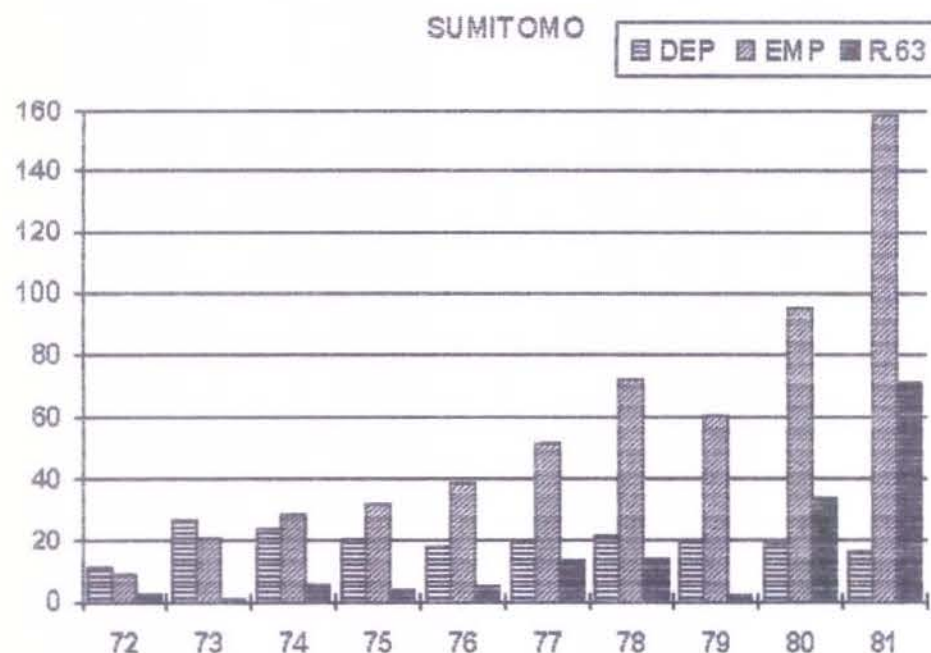
Inicialmente denominado Bank of London and South America, iniciou suas atividades no Brasil em 1931 proveniente da Inglaterra. É integralmente controlado pelo Lloyds Bank Limited. O grupo é composto, além do banco comercial Lloyds Bank, pelo Banco de Investimento London-Multiplic, London Financeira, London Multiplic Leasing e Londres DTVM (distribuidora). A análise dos dados referentes ao Lloyds Bank mostra que de 72 a 75 os empréstimos dobram, os depósitos aumentam cerca de 130,0% e os repases se mantêm estáveis, não explicitando vinculação entre repases externos e empréstimos internos. Em 76-77 os empréstimos aumentam 4,0% (de US\$138,0 milhões para US\$144,2 milhões), os depósitos caem cerca de 7,0% (de US\$77,2 milhões para US\$71,7 milhões) e as operações de repasse decuplicam (de US\$1,6 milhão para US\$10,3 milhões); neste biênio, portanto, os repases sustentam o aumento dos empréstimos. No triênio 79-81 os empréstimos mais do que dobram, os depósitos caem cerca de 1/3 e os repases aumentam de zero em 79 para US\$177,5 milhões em 81, mostrando claramente a vinculação entre os repases externos e os empréstimos ao mercado interno. Assim, a partir de 76, observa-se o aumento da importância dos repases, que sustentam os empréstimos a despeito do desempenho negativo dos depósitos.

3.6) SUMITOMO

Empréstimos, Depósitos e captacões Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	9,0	11,0	2,3
1973	20,8	26,7	1,0
1974	28,8	24,0	5,3
1975	31,8	20,6	3,7
1976	38,7	17,7	5,0
1977	51,2	18,9	13,3
1978	72,3	21,8	13,7
1979	60,3	19,5	2,0
1980	95,4	18,5	33,5
1981	158,5	15,9	71,4

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



Iniciou suas operações no Brasil em 1958, sendo integralmente controlado pelo Sumitomo Bank do Japão. Não atua de forma conglomerada no mercado brasileiro, contando apenas com o banco comercial. Os dados mostram que em 72-73 empréstimos e depósitos aumentam com queda nos repasses, não explicitando, portanto, a vinculação. No entanto, de 74 a 78 os empréstimos e as operações de repasse aumentam cerca de 150,0% com queda de 12,5% dos

depósitos. Já de 79 a 81 os empréstimos praticamente dobram, os depósitos caem 18,0% e as operações de repasse passam de US\$2,0 milhões em 79 para US\$71,4 milhões em 81 (aumento de 36 vezes). Assim, fica clara a vinculação entre repasses externos e empréstimos ao mercado interno no período 1974-81.

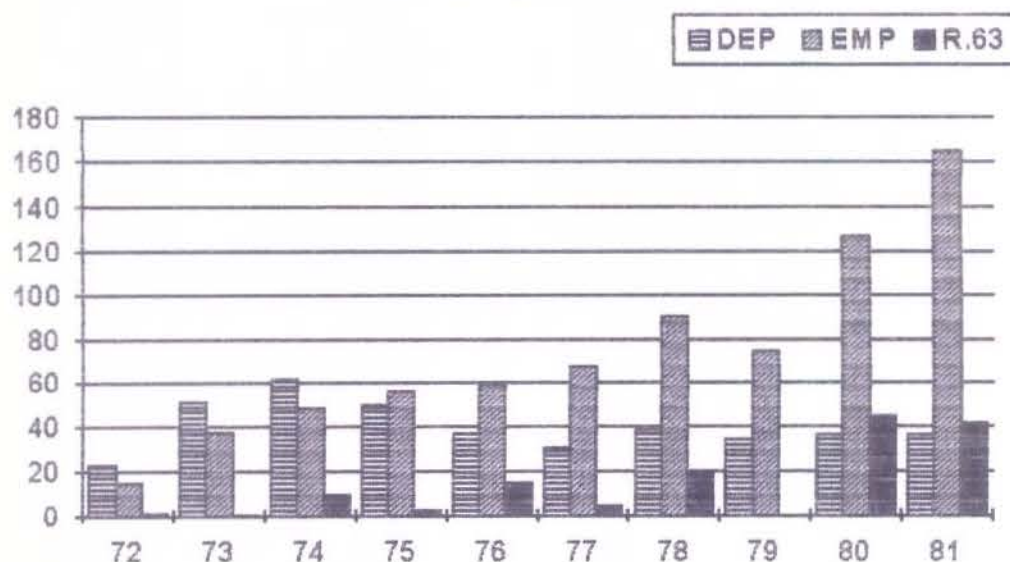
3.7) BANCO DE TÓQUIO

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	14,4	22,3	1,1
1973	37,4	51,3	0,8
1974	48,4	61,8	9,7
1975	55,3	50,1	2,3
1976	59,8	36,6	14,9
1977	67,6	30,7	4,1
1978	90,2	38,4	19,0
1979	74,2	33,9	0,2
1980	127,2	36,1	44,5
1981	164,7	36,0	41,3

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES

BANCO DE TÓQUIO



Controlado integralmente pelo Bank of Tokio, do Japão, iniciou suas atividades no Brasil em 1956. Também não formou um conglomerado, atuando somente como banco comercial. A análise dos dados do Banco de Tóquio mostra que até 78 os empréstimos aumentam continuamente, com queda nos depósitos de 75 a 78. Já a operações de repasse, embora irregulares, aumentam de US\$1,1 milhão em 72 para US\$19,0 milhões em 78. Assim, as operações de repasse ocuparam crescentemente o lugar dos depósitos para sustentar os empréstimos. No triênio 79-81 os empréstimos mais do que dobram com estabilidade nos depósitos. Já as operações de repasse aumentam brutalmente, especialmente em 80-81 (média de US\$43,0 milhões contra apenas US\$0,2 milhão em 79). Em resumo, fica claramente explicitado, neste caso, a vinculação entre as operações de repasse de recursos externos e os empréstimos ao mercado interno.

3.8) MTSUBISHI

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	13,4	19,4	2,7
1973	37,6	46,3	3,8
1974	51,8	58,1	3,0
1975	60,0	62,0	6,7
1976	66,2	54,4	6,0
1977	89,1	62,8	17,0
1978	100,3	61,3	37,0
1979	94,0	51,4	3,0
1980	102,9	59,0	-
1981	141,0	50,2	20,0

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



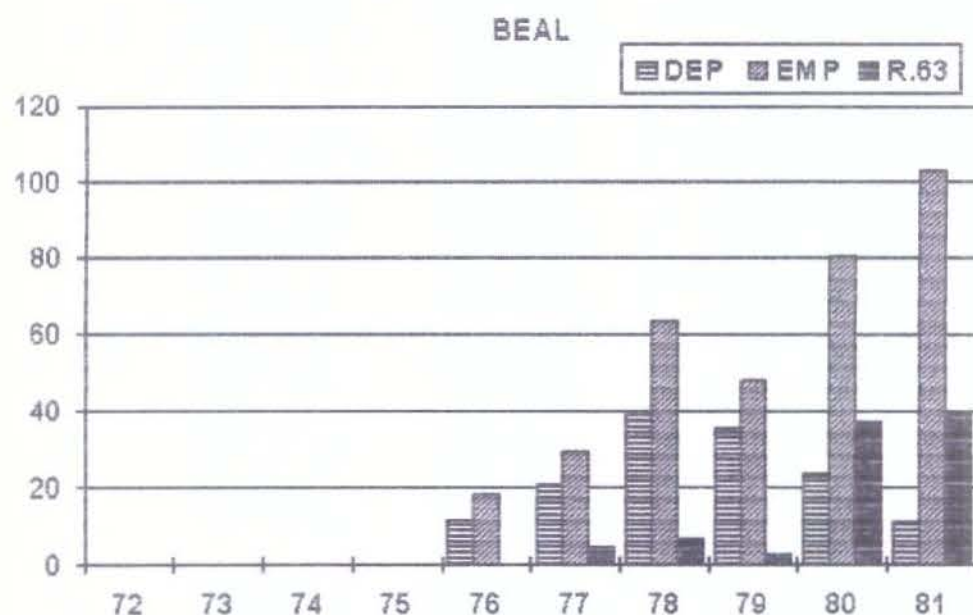
Inicialmente denominado Banco Tozan, iniciou suas atividades no Brasil em 1933. É controlado pelo Mitsubishi Bank do Japão, que detinha 71% de seu capital em 1981. É o único banco estrangeiro de origem japonesa que conglomerizou-se, ainda que parcialmente. O conglomerado conta com o Banco Mitsubishi Brasileiro (banco comercial), Creditozan (financeira), e com participações minoritárias nas seguradoras América Latina Companhia de Seguros e Concórdia (esta em associação com Kyoei Mutual Fire Marine Insurance Co e Mitsui Group, ambos provenientes do Japão). Analisando os dados do Mitsubishi, observa-se que de 72 a 78 empréstimos depósitos e operações de repasse aumentam, com os depósitos mostrando alguma irregularidade (quedas em 76 e 78) e os empréstimos e repasses aumentando mais continuamente, o que demonstra maior vinculação entre os dois últimos. De 79 para 80 empréstimos e depósitos aumentam sem qualquer operação de repasse . Já de 80 para 81 os empréstimos aumentam quase 40,0%, os depósitos caem 15,0% e as operações de repasse alcançam US\$20,0 milhões. Assim, com exceção do ano de 1980, observa-se a vinculação entre repasses externos e empréstimos ao mercado interno durante o período, em maior ou menor intensidade.

3.9)BEAL

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	-	-	-
1973	-	-	-
1974	-	-	-
1975	-	-	-
1976	18,1	11,9	0,1
1977	29,5	20,9	4,4
1978	63,6	39,0	6,9
1979	47,7	35,7	2,5
1980	80,4	24,1	37,0
1981	102,8	11,1	40,0

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



Iniciou suas operações no Brasil em 1976, sendo uma sociedade entre vários bancos europeus, que detém 100% de seu capital. Não atua como conglomerado, contando apenas com o banco comercial. Os dados do BEAL mostram que de 76 a 78 empréstimos, depósitos e repasses aumentam conjuntamente, não sendo possível inferir uma vinculação. Já no triênio 79-81 os empréstimos aumentam 11,7%, os depósitos caem 70,0% e as operações de

repassse passam de US\$2,5 milhões em 79 para US\$40,0 milhões em 81 (aumentam 16 vezes), mostrando vinculação profunda, posto que em 1981 o banco emprestou 5,6 vezes mais que em 1976 com praticamente a mesma captação via depósitos. De fato, em 1981 as captações via operações de repasse foram quase 4 vezes maiores do que os depósitos, mostrando a importância fundamental dos repasses de recursos externos para o desempenho dos empréstimos.

3.10)INTERNACIONAL

Empréstimos, Depósitos e captações Externas via Resolução 63

ANO	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS	RESOL. 63
1972	10,0	10,7	2,4
1973	10,5	10,0	2,7
1974	15,5	11,9	2,2
1975	17,5	13,0	-
1976	21,6	10,9	6,0
1977	18,3	10,2	0,5
1978	40,2	20,8	7,4
1979	75,6	36,1	20,8
1980	82,5	29,8	18,7
1981	99,9	36,4	30,0

(*) - VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES



Iniciou suas operações no Brasil em 1967 como uma associação entre o Bank of America dos EUA e o Royal Bank of Canada, cada um com 50% do capital. Também atua somente como banco comercial. Os dados do Banco Internacional mostram que seus empréstimos aumentam durante todo o período, com exceção de 77 (queda de 14,0%), quando as operações de repasse caem de US\$6,0 milhões em 76 para US\$0,5 milhão, o que mostra sua importância para o ritmo dos empréstimos. Com efeito, até 77 os depósitos mantiveram-se praticamente constantes, a despeito do aumento dos empréstimos. De 78 a 81, depósitos e repasses aumentam e caem nos mesmos anos, mostrando irregularidade, enquanto os empréstimos seguem sua ascensão. Entretanto, nesse período, os empréstimos aumentam 147,0%, os depósitos aumentam 80,0% e as operações de repasse aumentam mais de 300,0% (passando de 35% para 85% dos depósitos), mostrando sua maior importância relativa para o aumento dos empréstimos. Assim, as operações de repasse mostram-se relevantes para o ritmo dos empréstimos durante todo o período, com maior ou menor intensidade.

3.11) CONCLUSÃO

Os Fatos e dados apresentados e a argumentação desenvolvida no decorrer deste trabalho mostraram que os determinantes da dinâmica dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro foram estabelecidos a partir de um determinado padrão de financiamento da economia brasileira, padrão este que se configurou a partir das reformas de meados da década de 60. Assim, dois fatores inicialmente independentes, a incapacidade estrutural do sistema financeiro doméstico para oferecer créditos de longo prazo nos montantes demandados pela economia brasileira de um lado, e o surgimento de uma notável massa de recursos financeiros disponíveis externamente de outro, foram articulados por uma política econômica que estimulou e patrocinou a conexão do sistema financeiro brasileiro aos fluxos internacionais de capitais financeiros. Logo, o vazio existente do crédito de longo prazo foi preenchido com recursos externos.

Os bancos estrangeiros foram agentes privilegiados de tal articulação, pois estavam em condições de aproveitá-la e alavancar sua expansão no mercado brasileiro. Com efeito, apesar de não poderem se expandir fisicamente, os bancos estrangeiros aproveitaram-se das possibilidades colocadas a partir da Resolução 63 e de sua própria natureza de bancos estrangeiros para crescer no

mercado brasileiro mobilizando recursos captados externamente. De fato, a análise dos dez bancos selecionados mostrou que com uma única exceção (o BFB) as operações de repasse de recursos externos tiveram importância substancial para o desempenho dos empréstimos de tais bancos, em maior ou menor intensidade para cada banco e mais claramente nos anos finais do período estudado.

Assim, a análise dos bancos selecionados e os demais argumentos apresentados ao longo deste trabalho parecem fornecer indícios que sustentam a hipótese que vincula o desempenho dos empréstimos dos bancos comerciais estrangeiros, em grande medida, às operações de repasse por eles realizadas. Portanto, a conjunção de um determinado padrão de financiamento da economia brasileira, da expansão da liquidez internacional, e de políticas econômicas específicas parecem ter determinado tal desempenho dos bancos estrangeiros, que souberam aproveitar-se de tais fatos para expandirem-se no mercado brasileiro mesmo sob fortes restrições legais.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. S. G. De: " As Reformas Financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios ", Texto para Discussão 59, UFRJ/IEI, nov/84
- Baer, M.: " A internacionalização Financeira no Brasil ", Ed. Vozes, 1986
- Banco Central do Brasil - Departamento Jurídico: Lei 4.595 atualizada (até 31/março/85)
- Batista Jr, P. N.: " Fluxos Financeiros Internacionais para o Brasil Desde o Final da Década de 60 ", in : Batista Jr, P. N. (org.): " Novos Ensaio Sobre o Setor Externo da Economia Brasileira ", Ed. da FGV, 1988, Estudos Especiais IBRE 6
- Belluzzo, L. G. De M.: " O Papel dos Bancos Comerciais no Endividamento Externo da Economia Brasileira ", UNICAMP, mimeo
- Belluzzo, L. G. De M. E Almeida, J. S. G. De: " A Crise da Dívida e suas Repercussões sobre a Economia Brasileira ", in: Belluzzo, L. G. De M. & Batista Jr, P. N. (org.): A Luta Pela Sobrevivência da Moeda Nacional
- Channon, D. F.: " Global Bankin Strategy ", John Wiley & Sons, 1990
- Cruz, P. D. C.: " Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira nos Anos 70", Ed. Brasiliense, 1984
- Griffith-Jones, S. & Sunkel, O.: " O Fim de uma Ilusão: As Crises da Dívida e do Desenvolvimento na América Latina ", Ed. Brasiliense, 1990
- Kilsztajn, S.: "Autoridades Monetárias, Dívida Externa e Haveres Financeiros no Brasil: anos 70 ", UNICAMP, doutorado
- Marques, N. F. Dos S.: " A Concentração Bancária Brasileira no Período Pós-64 ", UFPE, mestrado, 1982
- Moraes, P. B. de: " Foreign Banks in the Brazilian Economy in the 1980s ", ONU/CEPAL, 1989, mimeo
- Moura, A. R.: " A Abertura Financeira Externa: Um Breve Relato da Experiência Brasileira ", REP, vol. 1, n. 1, jan/mar 81
- Pádua Lima, M. L. L. M.: "O Euromercado e a Expansão do Capital Financeiro Internacional ", UNICAMP, mestrado

- Tavares, M. A. R. & Carneiro, N.: " O Setor Bancário Brasileiro: Alguns Aspectos do Crescimento e da Concentração ", FINE/USP, Série Ensaio Econômico, vol. 5, 1985
- Teixeira, N.: " El Sistema Financiero de Brasil Y su Internacionalización ", IPAL/CET, 1983
- Teixeira, N.: " O Sistema Bancário Brasileiro e suas Transformações Frente a Crise Atual ", UNICAMP, doutorado, 1985
- Teixeira, N.: " O Sistema Financeiro no Brasil e o Capital Estrangeiro ", in: Estudos Econômicos, vol. 4, n. 1, jan/abr 1984
- Watkins, A.: " Perspectivas Latino-Americanas en los Mercados Financieros ", in: Revista de la Cepal, n. 37, abr/89
- Zini, A. A. Jr.: " Uma Avaliação do Setor Financeiro no Brasil: Das Reformas de 1964-65 à Crise dos Anos 80 ", UNICAMP, mestrado
- Zini, A. A. Jr.: " Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil ", Ed. Da USP e BM&F, 1993